

## MESA II – ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA À BARBÁRIE CAPITALISTA: OS MUNDOS DO TRABALHO E DA VIDA

**Prof. Dr. Marildo Menegat – Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.**

Eu vou propor um debate que imagino seja difícil. O próprio título da mesa já nos indica: se vivemos em uma época de barbárie é porque alguma coisa chegou ao fim. Discutir o fim é procurar entender o que está acabando e fazer o luto. Nem sempre é fácil fazermos o luto de alguma coisa na qual estamos de certo modo inseridos e diretamente envolvidos. Explicarei primeiro o conceito de crise e depois o de resistência. Apresentarei o conceito de crise em dois momentos que se cruzam e que derem ser articularmos. Eles têm ligação interna e estão sempre em dinâmicas complementares.

### I.

O primeiro aspecto que está em crise na nossa época é o Brasil moderno, que surge na duração do tempo em que vivemos e nos desenvolvemos as três últimas gerações. Este tempo é exatamente o que chamamos de Brasil moderno ou de modernidade - no sentido clássico do termo. A modernidade do Brasil é um resultado da crise dos anos 1920, que se desenvolve como uma realidade a partir da década de 30. Esta forma que o país foi adquirindo nestas últimas oito décadas é tanto um produto de uma época como de um acaso, pois faz parte de uma grande transformação combinada da sociedade brasileira com o capitalismo a nível mundial. Processo este que já vinha se desenvolvendo desde o final do século XIX, no qual, bancados pelo café, fizemos toda uma mudança de nosso modo de inserção na economia mundial.

Na primeira fase do Brasil colônia, nós nos inserimos na economia mundial como uma colônia produtora de açúcar, de ouro e, na passagem para a forma autônoma do Estado nacional, o café foi o que garantiu uma estruturação e desenvolvimento de uma nova reincorporação na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com a crise de 1929, vários elementos vão intervir para começarmos uma passagem daquela sociedade agroexportadora, que nós éramos, para uma sociedade que, de uma forma muito *macunaímica*, vai começar a desenvolver um modelo industrial e urbano. *Macunaímica* porque é um pouco por acaso e um pouco por intenção. A maior parte do processo foi uma substituição de importações que, no início, vai impulsionar a industrialização muito mais por imposição das vicissitudes da balança comercial do que por um projeto de autonomia e

soberania nacional. Como não tínhamos como continuar simplesmente importando produtos industrializados, era necessário substituímos aquelas importações pela sua produção por indústrias nacionais, caso contrário quebrávamos. Assim, este termo “substituição de importações” denota certo sentido pouco planejado e ocasional deste processo.

A partir dos anos 30, por bem ou por mal, por intenção e por imposição de uma conjuntura, nos industrializamos. Uma indústria sem muito fôlego -, ou seja, sem força para sustentar um processo autônomo de desenvolvimento. As mudanças estruturais que teriam de ter sido feitas para sustentar o processo autônomo de desenvolvimento – com outra colocação no mercado mundial -, não fizemos, e o tempo histórico delas passou. Desta forma, o modelo industrial-urbano que assumimos em 1930, vai perder sua força dinâmica a partir dos anos 1980. Nesta década este modelo de substituição de importações perde sua capacidade interna de continuar se impulsionando e, com isso, nossas formas urbanas e industriais começam a entrar em crise; crise que perdura desde a década de 1980 e que tem impactos imensos sobre a nossa sociedade.

Para fechar enunciado da crise da nossa modernização: os anos 1980 representam o momento em que vai explodir a crise da dívida externa. Ou seja, é um colapso nas possibilidades da continuidade do nosso desenvolvimento. A década de 1980 e 90 são décadas perdidas, com um crescimento econômico vegetativo que não repôs sequer os postos de trabalho para aquelas massas que entravam no mercado de trabalho. Os índices de desemprego cresceram imensamente. De um processo de industrialização acelerado, entramos em um processo de desindustrialização lenta. Em 1986, a indústria era 32% do PIB e, a partir do final dos anos 90, a indústria vai variando entre 20% e 22%. De fato houve um achatamento regressivo de um modelo que na sua forma espontânea já havia se esgotado e nas suas formas intencionais não havia feito aquelas mudanças estruturais que poderiam dar a ele um fôlego maior.

Somado a isso, os anos 1980 também serão marcados por outro tipo de crise: se há a crise do processo nacional de modernização, há também, a partir desses anos, um confronto com os limites lógicos da expansão e acumulação do capital a nível mundial. Explico melhor. Esta crise tem relações com uma crise mais estrutural do capitalismo que pode ser identificada empiricamente por 3 sintomas. O primeiro são os limites visíveis pela crise de países periféricos como Brasil e Argentina (crise da dívida externa, etc.). Um verdadeiro colapso do Terceiro Mundo, se é que esse termo explica alguma coisa. Tal colapso vai mais ou menos nos referenciar em relação a este aspecto sintomático. Se bem

observarmos, podemos fazer dele uma caracterização de longo fôlego. O mesmo problema, o mesmo limite que o Brasil viveu, encontraremos na Argentina, no Egito e Oriente Médio, no Leste Europeu e outros países que tinham um pequeno desenvolvimento industrial etc... Enfim, quando se fala de colapso, se está querendo mostrar que a crise de modernização não é apenas no Brasil, é de um modelo de desenvolvimento periférico que chega ao seu esgotamento.

O segundo sintoma é o fim do socialismo real, que faz parte desse fim do processo modernizador, ou melhor, de outro modelo deste processo modernizador que havia sido implementado no Leste Europeu, e que perde ali completamente as condições de sustentar este desenvolvimento. Então, a crise dos anos 1980 que envolve a América Latina é a mesma crise que envolve os países do socialismo real. Fazemos parte de um mesmo sistema mundo que entra em crise neste processo.

E o terceiro sintoma, que apenas aparece nos anos 80 e continua de forma arrasadora no mundo inteiro, é uma mudança substancial no desemprego. O desemprego vai deixar de ser uma coisa circunstancial e passa a ser algo persistente nas sociedades de capitalismo desenvolvido, se tornando cada vez mais uma forma estrutural, mudando com isso o perfil do exército industrial de reserva. Um pequeno parêntese: quando Marx define o exército industrial de reserva, ele define a partir de uma lógica em que as massas em vários níveis da sua composição, são mais ou menos requeridas segundo os ciclos de expansão da economia. No auge do ciclo, a maior parte daquelas massas trabalhadoras é mobilizada nos processos de trabalho para fazer parte do processo de valorização do valor. Com a crise do capitalismo, uma parte significativa do exército industrial de reserva deixa de ser necessária para os fins da acumulação de capital. Não há mais magnitudes possíveis dos ciclo econômicos que venham a ocupá-las. Fazem parte de um resto social, são uma massa sobrança. Este fenômeno começa nos anos 80 no mundo inteiro, nos países centrais e na periferia, se mantendo desde então persistente. A crise de 2008 só aumentou o desemprego estrutural, mas não o inventou.

Estes três sintomas podem ser observados a olho nu. Eles estão ali, fazem parte da crônica dos jornais dos anos 80 e prosseguiram nos anos 90. O que nos resta agora é tentar arrumar uma explicação de como isto aconteceu e de como esta crise se encontra com aquela primeira, que é o fim do nosso processo de modernização. A explicação básica para isso é entendermos uma das características mais marcantes do capitalismo: o de uma forma social em que a renovação tecnológica, a revolução das forças produtivas é permanente, tornando-se fundamental para o desenvolvimento do capital. Uma sociedade

formada por produtores independentes, centrada na competição do mercado; a revolução tecnológica permanente é um elemento importante na apropriação do valor produzido. Não há como estancar esta revolução tecnológica, sendo parte estrutural desse sistema, um modo inconsciente do seu desenvolvimento. Chegou um momento nos anos 1970 em que se maturou uma ampla transformação das forças produtivas, generalizando o uso das técnicas da Terceira Revolução Técnico-científica. Estas novas forças produtivas terão um grande impacto sobre a produção de valor. Com a microeletrônica, se dá um processo de mudança na produção, eliminando em larga escala quantidades muito grande de trabalho, se eliminando com isso parte substancial do trabalho vivo e trabalho produtivo, aquele trabalho que de fato produz valor. Esta imensa eliminação de trabalho do processo de produção vai afetar a composição orgânica do capital, a qual é formada pelo capital constante mais capital variável e, na relação entre estes dois capitais, o peso do capital constante, do trabalho morto, passa a ser muito maior do que o peso do trabalho vivo. Na medida em que o trabalho morto tem um peso maior que o trabalho vivo, a valorização do capital se torna problemática.

O que significa dizer que a valorização do capital se torna problemática? Simplesmente que aquele capital investido vai ter muita dificuldade de se valorizar. Como se sabe, as máquinas não produzem valor; o que produz valor é o trabalho humano, trabalho vivo. Se o trabalho vivo não é utilizado de forma intensiva no processo de produção, aquele conjunto de máquinas que estão na linha de produção não vai valorizar o capital, apenas transferindo valor. Portanto, a partir dessa grande transformação, entramos em um problema que é, digamos, da própria lógica do capitalismo. Em outros termos, o capital não tem como sair desta situação. Ele é a crise e foi capturado por sua própria armadilha. Não encontra boas situações de rentabilidade na medida em que o capitalismo não tem mais novos mercados para conquistar e se expandir, assim como não cria novos produtos que tornem viável uma longa onda de expansão. Ao chegar no seu limite as únicas saídas são a especulação e a destruição, duas saídas com as quais há muito já convivemos.

A especulação perdura desde a década de 1970. Sempre houve processo especulativo no capitalismo, que sempre dependeu de créditos, que é uma forma especulativa do valor. Mas a especulação como forma prioritária no processo de valorização do capital é uma novidade do nosso tempo. Ela existia, mas era marginal. Na nossa época, ela é central e fundamental. Sem especulação, sem crédito, sem fazer com que se gaste hoje o lucro que não vai existir no futuro, o capitalismo teria paralisado. Não teria

como prosseguir. A outra saída dele - evidentemente que o capital é uma coisa que não pensa, o capital é uma forma alienada de valor que se transforma em mais valor - é a destruição. A destruição em larga escala da natureza, das formas de sociabilidade, enfim, de tudo aquilo que pode aumentar algum espaço de rentabilidade do capital. Tudo isso é utilizado de forma mais ou menos intensiva na nossa época para se transformar dinheiro em mais dinheiro (D-D').

Então, a crise de nosso tempo é uma crise singular na história do capitalismo. Singular porque não tem paralelos com outros momentos históricos: ela é nova. O que é que isso impõe para nós como reflexão? Que o capitalismo tem limites. Poderia dizer: “com o fim do capitalismo, o socialismo terá atualidade”, mas não parece ser o caso. O capital não é a única forma social que conhecemos, existiram historicamente outras formas sociais ou modos de produção. E nessa crise das formas sociais não necessariamente existe um processo evolutivo. A ideia - que é uma ideia falsa - de que um modo de produção dá lugar a um outro modo de produção, não pode ser sustentada por nós de forma racional. Eu poderia elencar aqui um conjunto bastante significativo de argumentos que sustentam que, por exemplo, não há qualquer continuidade entre o modo de produção escravista antigo e o feudalismo. Inclusive poderia citar historiadores marxistas que dizem que não há qualquer continuidade obrigatória entre o feudalismo e o capitalismo. As passagens das formas sociais do modo de produção escravista antigo para o modo de produção feudal, por exemplo, se deram por um largo vácuo, um vazio, onde nenhuma forma social definida ocupou imediatamente esse vazio. Foi justamente para dar conta desse estado que começou a se usar de forma mais intensiva o termo “barbárie”. E a passagem do feudalismo para o capitalismo intencional, através da criação e intervenção deste impressionante aparato de guerra que foi o Estado Absoluto. Portanto, não há nenhum argumento lógico ou qualquer forma de sustentarmos racionalmente que da crise do capitalismo surja o socialismo espontaneamente, pelo contrário. A crise ou o fim do capitalismo é simplesmente o fim do capitalismo, e o socialismo é uma possibilidade em relação a isso, mas não é uma forma obrigatória de sucedê-lo.

Então, a crise de nossa época é uma crise do limite da forma social e ela está sendo vivida no modo típico das sociedades fetichistas. Enquanto sociedade fetichista sua forma da racionalidade não nos auxilia a pensar outro tipo de vida social. As formas de razão fetichista que se baseiam no iluminismo, na razão burguesa, que nos impregna como práticas desta forma social não contém uma mapa de saída para esta situação. Imaginar algo para, além disso, parece algo tão difícil quanto um romano imaginar a sociedade sem

escravos. Este é o limite da nossa época e é esse limite que nós temos que tentar entender: que tipo de práticas se pode produzir, que tipos de resistências são possíveis diante da barbárie, num quadro histórico com essas características.

II.

Vou falar agora das resistências. Podemos pensar numa contraposição drástica. Naquela fase modernizante do Brasil tivemos formas de luta, de resistência que foram importantes. Se tomarmos a história moderna do Brasil, teremos três ciclos da esquerda que foram importantes: a experiência do anarco-sindicalismo, a experiência do PCB e do PTB - que vai daquele período de modernização dos anos de 1930 até os anos de 1960, no golpe de 1964 - e um terceiro período que foi o da hegemonia petista, quando o PT fez parte do círculo da esquerda. Esses são os três grandes ciclos de uma experiência de organização da esquerda brasileira que produziu vários instrumentos importantes, como sindicatos, partidos, revistas etc.

Na fase de domínio do PCB e PTB houve uma germinação de sindicatos muito importante, tivemos uma luta camponesa bastante radical, com as ligas camponesas e uma experiência de ação parlamentar com relativa repercussão social. Formas típicas da resistência, nesse molde de modernidade, que copiaram também um pouco dos países centrais. Isso é o “clássico” dentro da periferia do capitalismo. Evidentemente somos um país periférico em que as ideias ficam fora do lugar. Mas, de qualquer modo, nós produzimos esses instrumentos típicos de sociedades centrais que por aqui tiveram imensa serventia nas lutas sociais, se bem que nem todas as lutas sociais deste período coubessem nestes instrumentos. O ciclo do PT é parecido com o do PCB e PTB nas suas formas de organização. Ao invés das ligas camponesas, tivemos o MST (e eu vou separar o MST porque depois eu quero discuti-lo como resistência à barbárie). Tivemos movimentos sociais como o movimento feminista, o movimento de moradores de bairros e uma ação parlamentar que deu muito certo, certo demais. Enfim, essas formas se esgotaram, pois fazem parte daquele modo de desenvolvimento da sociedade burguesa no Brasil que entrou em colapso. Com esse limite, essas formas de resistência também têm um limite; se tornaram formas limitadas porque eram formas com um determinado conteúdo social e histórico. Na medida em que este conteúdo passa hoje por uma crise estrutural elas também definham. Por isso é necessário se pensar novas formas de resistência.

Para resumir, a minha questão, minha hipótese é a seguinte: o MST pode servir para se entender o que seriam estas novas formas de resistência. O MST pode ser duas coisas ao mesmo tempo: pode ser tanto parte dessas formas que estão perdendo validade,

como pode ser um novo tipo de modelo de resistência. Do que é que vai depender isso? De vários fatores, inclusive do MST. Portanto, quando eu trato ele como modelo, estou muito mais interessado em discutir modelos do que em fazer qualquer previsão de futuro sobre o movimento. Estou, então, querendo tomar o MST como exemplo de um novo modelo de resistência contra a barbárie que poderia dar conta de um novo conteúdo social.

Para poder fazer isso eu tenho que responder à pergunta: mas afinal, quem é o MST? Poderia, a bem da verdade, fazer três perguntas sobre quem é o MST. A primeira: será o MST um movimento de camponeses no sentido clássico do termo? Minha resposta é não, não é essencialmente um movimento de camponeses. Será um movimento de agricultores resistindo contra a mercantilização e à monopolização da produção agrária? Talvez. Será o MST um novo tipo de movimento social? Eu apostaria nisso. Para que ele seja um novo tipo de movimento social preciso explicar o que é a base social do MST. Explico isso a partir dos anos de 1980 e 1990. Nesses anos, o MST vai sofrer uma mudança importante da sua base social que acompanha as transformações que eu acabei de descrever da sociedade brasileira e da sociedade capitalista mundial. Primeiro temos o último giro do parafuso do êxodo rural, que é resultado de uma forma acelerada do agronegócio que penetrou na agricultura com uma acelerada renovação tecnológica e que expulsou grande quantidade de camponeses - aproximadamente quatro milhões de trabalhadores do campo. Parte dessa massa vai se encontrar com o início do desmonte da vida industrial dos grandes centros brasileiros. Esse desmonte da vida urbana e industrial vai ser de três tipos: o primeiro é aquela fórmula que sempre existiu no mercado de trabalho periférico, que são massas de trabalhadores informais. Ou seja, uma das características do mercado de trabalho numa sociedade capitalista da periferia é que essa sociedade de trabalho foi formada numa época em que as técnicas já poupavam trabalho. Por isso, uma massa muito significativa sobra - sempre tivemos uma sobra de trabalhadores que vão fazer uma série de bicos para sobreviver; mas eles não participam da produção no sentido clássico do termo. Portanto, uma parte deles vai estar disponível para ser mobilizada pelo MST. O segundo tipo, que estará disponível nos anos de 1980, será aquela massa de trabalhadores que vai perder seu emprego com a desindustrialização, que não é pouco. É uma massa significativa que começa a perder o emprego porque se fecharam fábricas. E o terceiro tipo vai começar a se formar com os trabalhadores que passam a perder seu emprego devido as inovações tecnológicas e passam a fazer parte da massa de desempregados estruturais que está sendo justamente um resultado dessas grandes transformações a que me referi anteriormente. Então, na cidade, vai se formar um agrupamento imenso de massas que estão excluídas do

mercado de trabalho. Não por nada, o MST vai arremessar essas massas para colocá-las em movimento. Assim, a base social do MST que forma o movimento nos anos de 1990 e no início do século XXI é um pouco o movimento de rebelião das massas que sobraram por decorrência do colapso do nosso processo de modernização.

Sob o ponto de vista de sua tipificação social, elas são o que sempre se chamou de povo. Sob o ponto de vista das formas delas pensarem, elas utilizam o velho, com modelos anteriores de se reinserirem dentro de uma sociedade moderna. É uma contradição, mas para além dessa contradição – uma contradição de auto-entendimento – onde posso insistir em que isso é novo? Novo nesse processo é o modo em que ele trouxe conquistas de organização e de inovações da ação. O MST trouxe contribuições que não eram conhecidas no período anterior e nas formas anteriores de auto-organização de resistência. O movimento precisa ter um leque de intervenções muito mais amplo do que tinha um movimento sindical ou um partido político de esquerda tradicional. E aqui eu vou tomar o modelo – dentro dessa minha explicação – que é o que para mim existe de núcleo inovador dessa experiência, que é o modelo das ocupações. Eu me ateno ao momento da luta e não aos assentamentos. Nos assentamentos eu acho que já há uma guinada no sentido talvez oposto do que é a ocupação. O centro das práticas da ocupação, dos acampamentos é um processo de formação de largas proporções. São meses ou anos de formação muito importantes. O nível básico desta formação é o letramento daquelas massas em um país onde o analfabetismo foi sempre endêmico. Nesse sentido, esta forma não abandona este papel elementar da escola, mas, ao mesmo tempo em que faz esse tipo de trabalho de letramento, de alfabetização, realiza outro trabalho desdobrado em dois momentos. O trabalho de formação política, onde as massas se organizam de uma forma bastante horizontal, exercitam nela uma democracia direta. Essa horizontalidade e essa democracia direta vão dando a elas uma percepção de autoconstrução – individual e coletiva – de largas proporções. Isso é uma força impressionante. É o que dá a forma sólida ao movimento para resistir em momentos bastante difíceis como são, por exemplo, as reintegrações de posse, os enfrentamentos com a polícia, etc. Essa formação política prática é combinada com um segundo momento de formação política, que é teórica, onde eles se apropriam de uma tradição. Talvez esse seja o momento mais fraco do movimento, porque ao se apropriar de uma tradição, este se fecha no velho. Na prática ele inova, mas quando ele absorve a teoria, ele se fecha ao momento criador, o que é um limite. Mas, de qualquer forma, vejam, há também um momento de uma formação política teórica que se apropria



de uma tradição e se apropria de uma capacidade de entendimento do tempo histórico no qual eles estão intervindo, e isso não é pouca coisa.

O último aspecto da formação que o MST faz é uma formação de sociabilidade. Para poder sustentar os seus acampamentos, as suas ocupações, ele precisa produzir núcleos de vida social. Para compreender isto, precisamos comparar esta forma de sociabilidade com as formas de luta do período anterior, com o qual estou contrastando a experiência do MST. Uma greve é um momento de solidariedade importante, é um momento de unidade de uma categoria. Como momento fundamental de ação em comum, a greve não cria novas formas de sociabilidade. Feito os piquetes e a luta, à noite se volta para morar na sua própria casa, se mora em separado em um protótipo da unidade urbano-industrial da sociedade burguesa. Terminada a greve, se vitoriosa, o aumento salarial servirá para aqueles trabalhadores aumentarem a realização do seu consumo e, possivelmente, o seu processo de inserção na sociedade burguesa. Não se renova a forma de sociabilidade, apenas se fortalecem os laços de solidariedade. Uma forma de sociabilidade pode reforçar formas de solidariedade, mas a solidariedade por si só não produz novas formas de sociabilidade. Os acampamentos do MST são obrigados a produzir novas formas de sociabilidade. Ele precisa fazer com que aquela massa viva junto, crie hábitos em comum, valores em comum, debates em comum, que as pessoas nunca imaginaram que iriam discutir coletivamente. Precisam resolver problemas vitais em comum. Portanto, isso é uma novidade que diz respeito justamente a esse tempo histórico de crise que estou aqui descrevendo. Esse modelo do MST funciona só para ele? Não. Eu poderia descrever aqui o movimento *piqueteiro* da Argentina, que repete várias das características que estou descrevendo. Poderia também citar exemplos de lutas no México, de lutas na Bolívia ou dos jovens na Espanha ou da Grécia que, curiosamente, sem saber, copiaram várias características da organização do MST, e por aí vai.

A minha questão é a seguinte: a emancipação política foi um tema da formação da sociedade burguesa. Sob o ponto de vista da lei, todo mundo é um cidadão, todo mundo tem direitos políticos. As formas de emancipação política se esgotaram, o Estado burguês está em crise, como parte desta crise estrutural a que me refiro. O que está colocado para nós hoje é uma questão que desde o início estava posta para a sociedade capitalista e que agora bate de forma insuportável: a emancipação política não é a emancipação humana. A sociedade burguesa é uma sociedade alienada e autodestrutiva. Por isso, em várias partes do mundo as pessoas inventam a mesma forma de luta, porque a sobrevivência e a vida

resistindo ao capital tem uma forma só. A forma é afirmar a diversidade do humano contra a dominação das coisas, do dinheiro da mercadoria...

**Guiomar Inez Germani - Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, pesquisadora do CNPq e coordenadora do Grupo de Pesquisa GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural.**

Aceitei com muito gosto o convite para participar da XII Jornada do Trabalho e, em especial, da mesa sob o título “Estratégias de resistência à barbárie capitalista: os mundos do trabalho e da vida”. Depois, fiquei pensando e revirando para ver o que trazer para apresentar. A dúvida não era por não ter o que trazer, mas sobre qual o melhor recorte fazer do que tenho trabalhado no sentido de contribuir para a temática da Jornada e, em especial, para esta mesa.

A dúvida se fundamenta no fato de que o que temos trabalhando no GeografAR – grupo de pesquisa que participo e já aproveito para dividir os créditos do que vou apresentar –, não tem como foco principal de análise a categoria trabalho. Esta categoria aparece, sem dúvida, mas não com uma categoria chave de análise ou como um conceito mais elaborado. Aparece como uma categoria necessária a ser contemplada em qualquer análise que envolva espaço geográfico uma vez que é o trabalho o elemento mediador da relação sociedade e natureza a partir da qual o espaço é produzido. E aparece, obrigatoriamente, para compreender a Questão Agrária e os conflitos fundiários na Bahia, foco privilegiado de nossa análise.

Assim, aproveitando a oportunidade, organizei o que vou apresentar no sentido de ir traçando o caminho trilhado na produção geográfica que nos envolvemos e ir pondo em evidência a categoria trabalho e como esta pode ir construindo as estratégias de resistência à barbárie capitalista na perspectiva de uma reprodução do trabalho e da vida, através da luta e resistência pela e na terra.

Isto posto, comecei a pensar as estratégias de resistência à barbárie capitalista em duas perspectivas: numa perspectiva libertária, que está vinculada à conquista da autonomia política dos sujeitos, na busca da autonomia pela (re)produção da vida, e na perspectiva da Geografia que tem como elemento estruturante para a reprodução da vida o acesso ao uso do espaço geográfico, da natureza – apropriado e constituído como Território.

Ambas as perspectivas permitem colocar em evidência a Questão Agrária – que independente das diversas abordagens, tem sempre, obrigatoriamente, uma dimensão territorial, dada pela apropriação privada da natureza – e permite, também, relacionar os estudos que temos feito sobre a Questão Agrária na Bahia, da geografia dos assentamentos na área rural, com a Geografia do Trabalho que é o foco de estudo do grupo CEGeT e do

ENCONTTRA [Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra] que organizam esta jornada.

Como diz Thomaz (2012) não para constituir mais um novo recorte disciplinar, ou uma nova corrente na Geografia, mas para identificar e explicitar como a lógica contraditória do capital marca não só o campo, mas todo o espaço geográfico, no caso pondo em evidência a geografia baiana.

Esta lógica contraditória geral se manifesta, se constitui, se realiza e se materializa de diferentes formas a depender dos processos sociais e da correlação de forças dos grupos envolvidos. Por isso, embora a lógica seja a mesma, em cada lugar e situação, os processos sociais vão estar na origem dos processos espaciais e da geografia construída no cotidiano das contradições e dos enfrentamentos de interesses conflitantes e antagônicos.

Com base nesta compreensão podemos formular algumas questões. Por exemplo: Como estes interesses conflitantes se manifestam? Como se estabelece a correlação de forças para imprimir os projetos de um grupo em diferentes escalas? Como estes projetos passam pela legitimação num estado de direito e são impostos para toda a sociedade como se desejo desta fosse? Como identificar estes processos e suas expressões na leitura do espaço geográfico?

O recorte analítico permite conhecer como esta lógica – que é gestada na totalidade do movimento – vai se manifestar, como se reproduz nos diferentes lugares e conflui de forma coerente na construção de propósitos nem sempre explícitos ou, muitas vezes, contrariamente aos explicitados nos discursos.

A questão é complexa, pois vamos encontrar situações de conflito onde o capital necessita se territorializar e vai disputar e expropriar estes territórios. E, também, situações em que não expropria o território, mas subordina todo o trabalho nele produzido. É esta compreensão que nos permite afirmar que a base e essência dos conflitos agrários é o território, são sempre conflitos socioterritoriais.

E a questão torna-se mais complexa se considerarmos a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho que se define pelo *superávit* primário da balança comercial na qual se fundamenta a estratégia do modelo brasileiro de desenvolvimento<sup>1</sup>. Cabe perguntar onde este modelo vai ter a expansão da reprodução das relações capitalistas? Vai ter no campo através do agronegócio e das atividades extrativistas da

---

<sup>1</sup> O modelo brasileiro de desenvolvimento está centrado no chamado tripé macroeconômico: *superávit* primário, metas de inflação e câmbio flutuante.

mineração um papel relevante neste processo. É isto que orienta a valorização espacial e a monopolização do território pelo capital.

A expansão do agronegócio significa a negação do direito do espaço enquanto território para reprodução da vida e do trabalho. O modelo de expansão do agronegócio se insere no plano político do modelo de desenvolvimento que tem como estratégia o controle social, seja pela expropriação, seja pela subordinação da renda da terra, o que vai de encontro à lógica do trabalho como estratégia realização da vida. Daí eu acreditar ser a condição de lutar e resistir na terra e por terra uma possibilidade de resistência à barbárie

O esforço de fazer o exercício de identificar como esta lógica contraditória marca a geografia baiana tem motivado o Grupo de Pesquisa GeografAR a explicitar o que Carlos Walter se refere como a Geografia desigual e combinada dos conflitos e violências enquanto componente do processo de acumulação do capital (PORTO GONÇALVES, 2012)

É neste contexto que entendemos a questão, em sua dimensão territorial, enquanto uma contradição estrutural do modo de produção capitalista que, historicamente, se reproduz pela concentração dos meios de produção (neste caso, a terra e a água) e pela exploração da força de trabalho.

Nesta perspectiva, adota-se como critério analítico a estrutura da propriedade da terra – a partir da evolução histórica do Censo Agropecuário, do cálculo do Índice de Gini e, mais recentemente, da questão das terras públicas/devolutas – pondo em evidência as formas de acesso à terra que concretizam a conflitualidade territorial no campo baiano pela ação do Estado e das organizações e movimentos sociais de luta pela/na terra.

Tendo estas questões como premissas, vou apresentar alguns dados para juntos fazermos nossa leitura.

### **A) A QUESTÃO AGRÁRIA EM SUA DIMENSÃO TERRITORIAL**

A questão agrária, independente da compreensão que se tenha, vai ter sempre uma dimensão territorial, dada pela apropriação privada da natureza. Esta apropriação privada da natureza, apesar de todas as limitações, pode ser dimensionada através dos dados do Censo Agropecuário do IBGE e do cadastro do INCRA. Apesar destas instituições usarem bases conceituais diferentes, eles nos dão uma dimensão de como se dá essa apropriação.

Temos levantado e acompanhado a evolução da estrutura fundiária da Bahia, através dos dados do IBGE, numa série histórica desde 1920 até 2006. Vou começar a leitura com dados mais recentes sobre a estrutura fundiária da Bahia do Censo

Agropecuário de 2006. Os dados são bastante problemáticos, uma vez que foram alterados os grupos de área (com maior detalhamento dos menores estratos e agregação dos estratos maiores, aqueles de 2.500ha a mais), mas que permite termos uma dimensão da apropriação privada da natureza.

Se agruparmos os estabelecimentos no grupo de área mais que 0 até 5 ha vamos encontrar 43,07% dos estabelecimentos detendo 2,13% da área; se agruparmos os de mais que 0 até 50 ha considerando esse o tamanho médio do módulo rural da Bahia<sup>2</sup>, temos que 86% dos estabelecimentos estão nesse grupo de áreas, ou seja, de minifúndios e detém 21,47% da área. No outro extremo, no grupo de área acima de 500 ha temos 1,61% dos estabelecimentos e detém 45,86% da área. No grupo de área acima de 2500 ha corresponde a 0,14% dos estabelecimentos e detém 23,74% da área.

Se concordarmos com Martins que

A propriedade fundiária não se concentra nem se divide sem a mediação do capital. [...] a terra não é, no capitalismo, unicamente um instrumento de produção. Se me limito a ver na chamada estrutura fundiária, na distribuição da terra em propriedades grandes, médias e pequenas, apenas quantidades, mais concentração fundiária, menos concentração, estou vendo o supérfluo, não estou vendo o essencial. Não estou vendo que por trás de diferentes tamanhos de propriedade, de diferentes quantidades, existem situações e relações de qualidades diferentes. A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. *A propriedade da terra é uma relação social* (MARTINS, 1980, p. 42).

Podemos afirmar que a estrutura fundiária é a representação numérica da dimensão da violência manifestada pela apropriação privada da natureza. A distribuição dos estabelecimentos por grupos de áreas vai corresponder também à territorialização e à posição que esses grupos sociais assumem na sociedade. Por isso que é tão difícil mudar esses números, por isso que eles se mantêm praticamente imutáveis desde o Censo de 1920 e as pequenas variações são para cima, isto é, indicando um aumento no nível de concentração. Por isso, quando um grupo de trabalhadores sem terra decide derrubar a cerca e ocupar uma terra, quando um posseiro ou uma comunidade tradicional resiste em abandonar suas terras não estão se enfrentando só com o fazendeiro que se diz dono da terra, com a empresa ou com o grileiro ou aquele conjunto local mais conhecido, estão se enfrentando com toda a estrutura da sociedade que mantém esses números imutáveis.

---

<sup>2</sup> Módulo rural do estado da Bahia varia de 65 a 20 hectares com exceção dos municípios da Região Metropolitana de Salvador que é de 7 hectares.

Entender a concentração da propriedade da terra como expressão da barbárie a estrutura fundiária da Bahia, que trazemos como exemplo, nos ajuda a dimensionar o tamanho da barbárie de que estamos falando.

Outro exercício que fazemos para confirmar e dimensionar o tamanho dessa barbárie é a análise do Índice de Gini<sup>3</sup>, um indicador que mede a distribuição de um bem, no caso, a terra, lembrando que como todo indicador tem suas limitações porém ele permite que tenhamos mais um parâmetro para a análise. Calculando o Índice de Gini para Bahia, no período de 1920 a 2006 (Tabela 1) vemos que vem aumentando e, em 1975 atinge a casa de 0,8 para não mais baixar... Ora, lembremos que 1975 é quando já se faz sentir o reflexo da modernização da agricultura.

**Tabela 1 Índice de Gini. Bahia. 1920 a 2006**

ANO	INDICE DE GINI
1920	0,734
1940	0,784
1950	0,794
1960	0,779
1970	0,795
1975	0,805
1980	0,821
1985	0,835
1995/96	0,829
2006	0,838

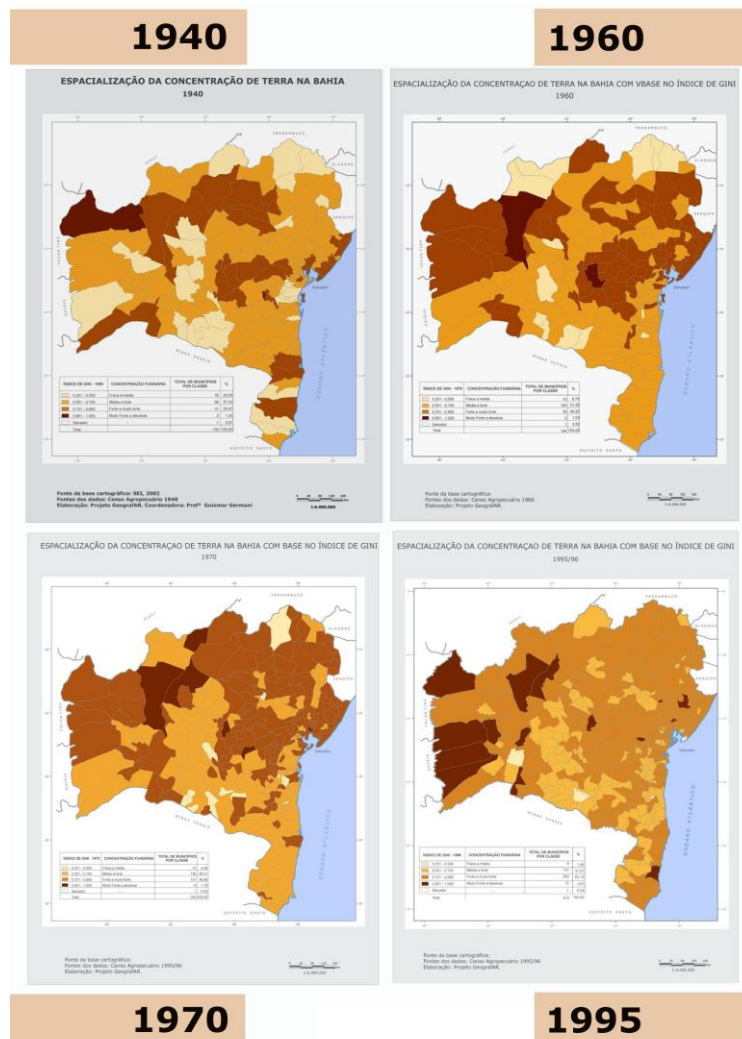
Fonte: IBGE: Censo Agropecuário 1920 a 2006  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2006.

A espacialização em gradiente de cores do Índice de Gini, em uma série histórica – 1940, 1960, 1970, 1995 e 2006 – permite verificar como a Bahia vai sendo pintado de cores mais escuras, isto é, vai aumentando o nível de concentração da terra (Mapa 1 e 2) . Em todo o período nenhum município apresentou um indicador de nulo a fraco. A

<sup>3</sup> Índice de Gini é um indicador utilizado para verificar a distribuição de um bem, no caso a terra. Este Índice é uma unidade variável adimensional, apresentando valores compreendidos entre 0 e 1. Quanto maior o resultado aproxima-se de zero, menor o grau de concentração e quanto mais se aproxima de 1 maior o grau de concentração. Foi utilizado como referencia a seguinte classificação: 0,000 concentração nula; de 0,100 a 0,250 concentração de nula a fraca, não se encontrando, em todo o período, nenhum município baiano neste grupo; de 0,251 a 0,500 concentração fraca a média; entre 0,501 a 0,700 concentração média a forte; de 0,701 a 0,900 concentração forte a muito forte e, finalmente, de 0,901 a 1,000 uma concentração fundiária classificada como muito forte a absoluta.

especialização com base nos dados de 2006 (Mapa 2) mostra um único município com uma concentração de fraca a média. É interessante observar que este município é Serra do Ramalho, originário do último projeto de colonização do Estado da Bahia<sup>4</sup>, de 1973, foi um espaço planejado e dividido em parcelas iguais de lotes rurais e urbanos, transformado em município em 1989, já apresentando uma tendência à concentração de terra. É deste cenário que emergem os movimentos sociais que lutam por terra.

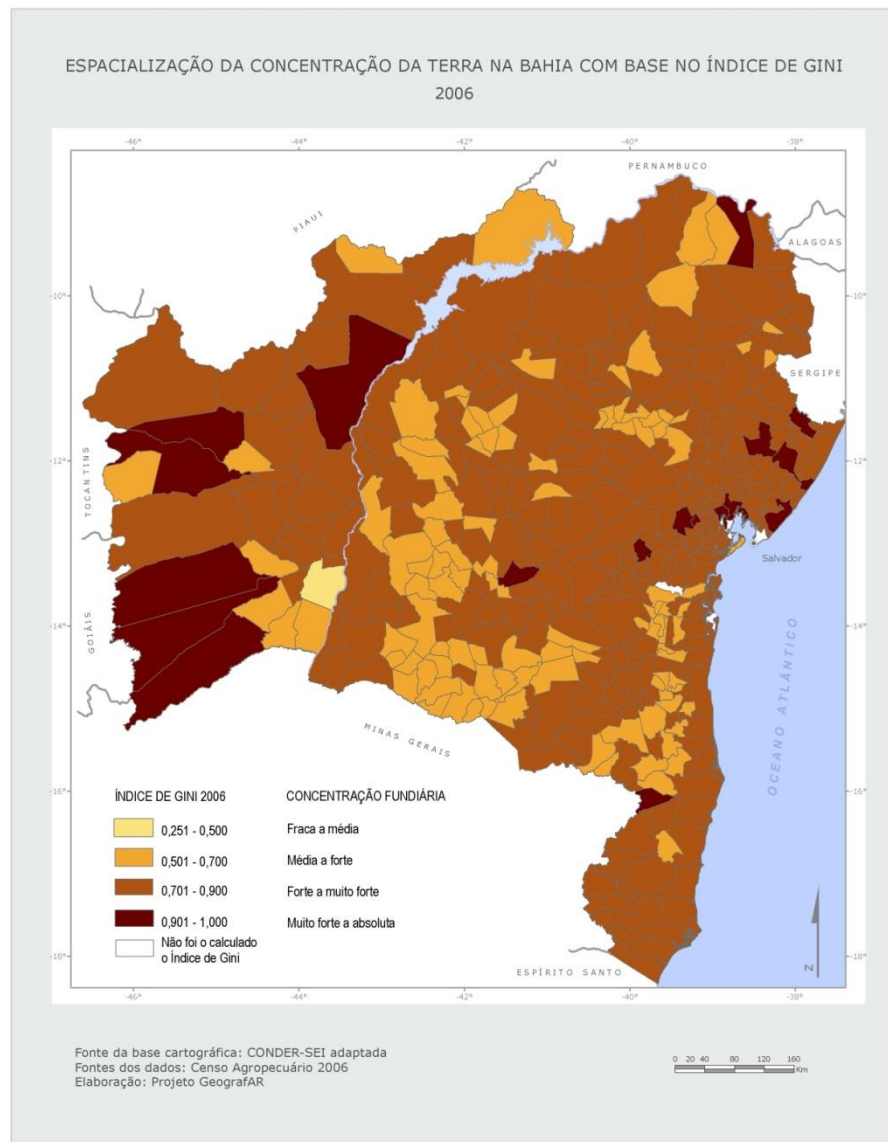
Mapa 1 Espacialização da concentração de terras na Bahia com base no Índice de Gini. . 1940, 1960, 1970 e 1995



<sup>4</sup> O Projeto Especial de Colonização (PEC) Serra do Ramalho foi implantado, em 1973. Organizado em 23 agrovilas, com lotes para moradias e parcelas rurais, destinou-se, inicialmente, a reassentar a população expropriada pela Construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Contudo, acabou por ser oferecido a quem se interessasse e se submetesse a adaptar-se ao “enquadramento” do espaço e da situação.



Mapa 2



## B) A EMERGÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

É deste cenário que, em tempos mais recentes, emergem os movimentos sociais organizados que lutam por terra e insistem em retornar e “entrar” na terra como os trabalhadores rurais sem terra e os que lutam na terra isto é, que resistem à expropriação e lutam pela regularização fundiária como os posseiros e comunidades tradicionais. Entendemos estas duas manifestações da luta como formas de acesso à terra empreendida

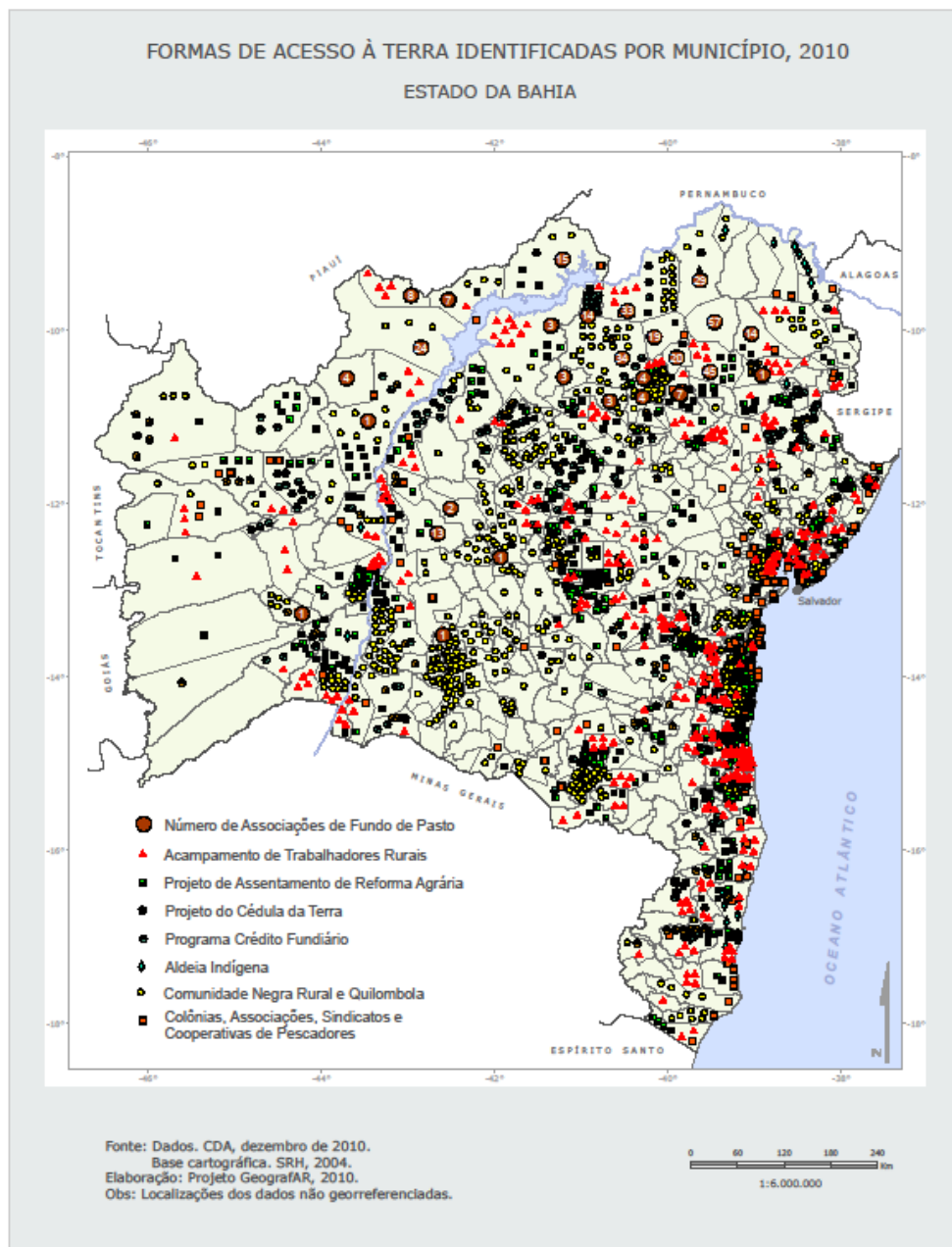
através da luta dos movimentos sociais organizados que vão se constituir como territórios em disputa.

Temos acompanhado as ações dos diferentes organizações e movimentos sociais que atuam na Bahia, em especial, no campo baiano. A sistematização das informações está organizada num banco de dados<sup>5</sup>, e permite espacializar e registrar sua presença no Estado da Bahia expressa no Mapa 3.

**Mapa 3.**

---

<sup>5</sup> Parte significativa destes dados está disponibilizada na página eletrônica [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br).



É importante frisar que no Mapa 3 as informações não estão georeferenciadas e que os números não tem uma precisão quantitativa, mas são estimativas realizadas com base nas informações disponíveis nas instituições que são complementadas e atualizadas através de trabalho de campo e junto aos movimentos e organizações populares. Devem ser entendidas como um exercício e esforço no sentido de projetar a presença dos grupos sociais organizados no espaço agrário baiano.

Constam representadas no Mapa 3 os 330 acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, com um número estimado de 35.739 famílias que explicitamente estão

demandando terra <sup>6</sup>; 480 Projetos de Reforma Agrária, com 35.370 famílias – quase igual número das famílias acampadas. Também estão pontuados 111 assentamentos realizados através do Programa de Cédula da Terra, em vigor como módulo piloto, de 1997 a 2002, e 87 do Programa de Crédito Fundiário que o sucedeu, com 4.261 famílias e 2.997 famílias, respectivamente<sup>7</sup>.

Constam ainda representadas no Mapa 3, as 674 Comunidades Negras Rurais Identificadas, entre estas as 327 Certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), com um número estimado de 21.984 famílias. É importante registrar a diferença entre as Comunidades Negras Rurais cuja presença foi identificada através de trabalho de campo, oficinas entre outros e as que detêm a certificação junto a FCP. Se identificar e formalizar esta identificação como quilombola e como sujeito de direito sobre seus territórios significa um ato político de enfrentamento, não só com o fazendeiro, que muitas vezes é o padrinho de seu filho e que lhe garante uma cesta básica, mas contra toda a parte da sociedade que é contrária ao reconhecimento destes direitos. Se identificar como quilombola é uma declaração de guerra muitas vezes dentro do próprio grupo social.

Aparece, também, no Mapa 3, as 454 Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, que são comunidades tradicionais, localizadas principalmente do semiárido baiano, que historicamente desenvolveram, formas de estratégias de sobrevivência tendo como base o uso comum de suas terras o que norteia tanto sua organização social como sua organização da produção e do espaço. Hoje esse grupo ao lado da resistência e do enfrentamento aos grileiros ao agronegócio e às mineradoras se enfrenta também na área do direito, com as leis que regulamentam a posse de seus territórios.

A leitura destes dados espacializados permite várias interpretações. Podemos iniciar reconhecendo que se o Mapa é um instrumento de representação do poder, pode, também se uma representação de poder. E continuar reconhecendo que se mapear é um

---

<sup>6</sup> O acampamento é uma estratégia de luta e de pressão utilizada pelos movimentos sociais. Embora se tenha acampamento quase “consolidado” com até 19 anos os dados referentes aos acampamentos e ao número de famílias são de difícil precisão dada a mobilidade dos acampamentos.

<sup>7</sup> É importante ressaltar que optamos por incluir estes assentamentos, originário de programa de reforma agrária instituído pelo Banco Mundial, a Reforma Agrária de mercado ou Reforma Agrária pacífica, por considerar este programa uma resposta do governo à pressão dos movimentos sociais. Ver a respeito Germani et. al. 2006.

passo, este deve ser seguido da compreensão do(s) porque(s) estes pontos aparecem aí e entender o que eles no dizem.

A primeira questão é que cada ponto só vai aparecer no mapa como representação da ação e resistência dos movimentos sociais e de suas organizações de apoio. Assim, cada ponto deve ser entendido como a representação de um grupo social organizado para resistir e/ou manifestar sua posição sobre um projeto diferente que lhe é imposto. Portanto, esta organização é entendida como uma organização política que vai orientar as ações e manifestações do grupo social como uma expressão da luta de classes.

Muita diferença faz ser um ponto isolado ou estar articulado a outros pontos através de uma organização, de uma bandeira, de um movimento. A sua espacialização dá visibilidade a estes grupos até então “invisíveis” e dá, também, uma dimensão de suas presenças no espaço baiano. Um processo em que eles se vêem e que também são vistos pelo restante da sociedade.

Buscando entender a espacialização destes pontos Milton Santos (1997, p. 2) nos mostra um caminho quando recomenda não confundir localização com lugar. Dizendo que “o lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E o lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar”.

Assim, o lugar não muda, mas o feixe de forças sociais se exercendo em um lugar altera sua localização e atua no sentido de sua valorização (ou desvalorização). Vai ser esta valorização espacial que vamos encontrar na base dos conflitos sócio-territoriais no campo baiano.

Só vai ter conflito onde tiver valorização do espaço que se dá quando se evidenciam as lógicas contraditórias de apropriação do espaço geográfico. Por isso esta espacialização, e parte significativa destes pontos, correspondem e devem ser entendidos, também, como territórios em disputa.

O Estado cumpre um importante papel neste processo como agente de produção e valorização do espaço quer através de seus investimentos diretos, quer através de suas políticas em diferentes áreas, dimensões e escalas. Uma ação que confirma ou exclui espacialidades e territorialidades. Como diz Castro (2011, p. 238-239) [...] “embora o capital esteja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso, revalorizando o território para manter antigos investimentos ou para atrair novos.” Esta compreensão coloca possibilidades e limitações à perspectiva de mudanças que não passa só pela atuação dos movimentos sociais e partidos políticos. Passa, também, pelo Estado e suas instituições e por parte significativa da sociedade.

Mesmo que a política agrária não seja a que gostaríamos só o fato destes grupos sociais chegarem à terra ou nela se manterem desta forma, isto é, pelo enfrentamento à lógica capitalista, é uma conquista cujo significado deve ser considerado.

Se Milton Santos se refere a pontos luminosos onde se tem uma densidade de capital podemos fazer uma analogia e ler os pontos que aparecem no Mapa 3 como pontos onde se gestam estratégias de enfrentamento a barbárie. Portanto, podem ser considerados como pontos luminosos de esperança.

O resultado da luta pela terra na Bahia nos últimos 25 anos, das áreas reformadas e da população envolvida, mostrados num gráfico, se apresenta como uma “pizza indigesta” (Gráfico 1 e Gráfico 2). O primeiro gráfico mostra a relação da área reformada pela área total dos estabelecimentos, embora este dado não seja preciso e muitas áreas sejam estimadas, o fato da área “reformada” corresponder apenas a 8% do Estado mostra o quanto ainda temos que andar! O Gráfico 2 apresenta a relação da população da área reformada pela população total sendo que esta indica que 14% da população Estado está envolvida nas disputas territoriais.

Gráfico 1

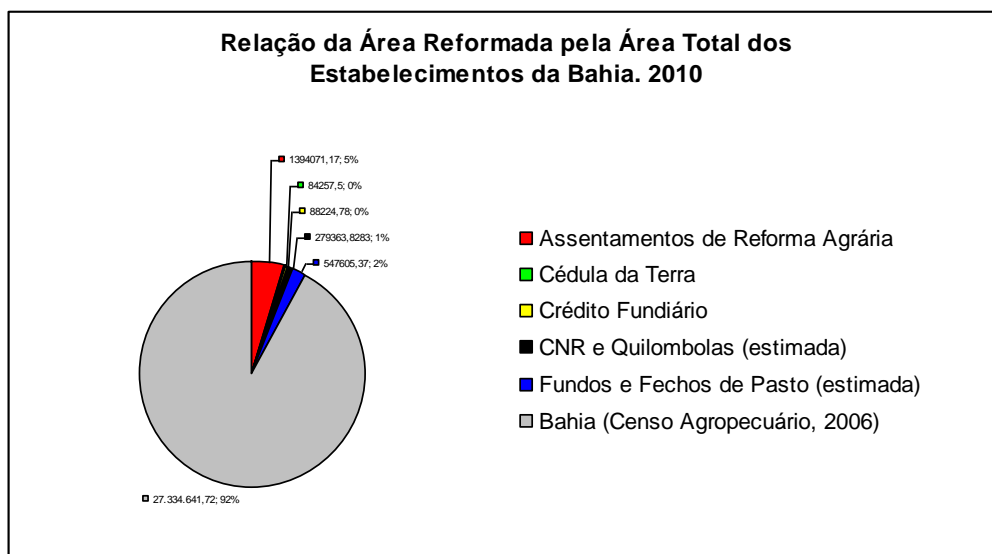
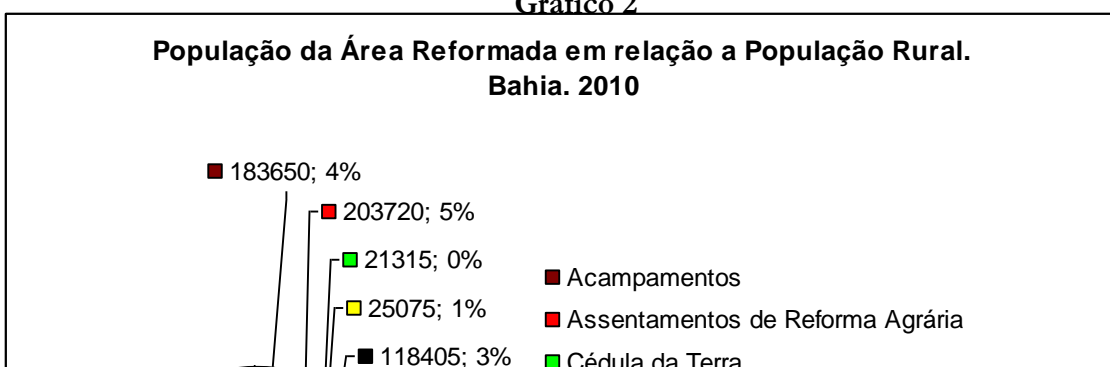


Gráfico 2



### C) TRABALHO ESCRAVO NA BAHIA

A barbárie se manifesta de forma tão perversa que, muitas vezes, leva os sujeitos a se submeterem a condições de trabalho que já há muito tempo se imaginava como extinta. A tal ponto que legalmente não é denominado de trabalho escravo, mas de “condições análogas a trabalho escravo”.

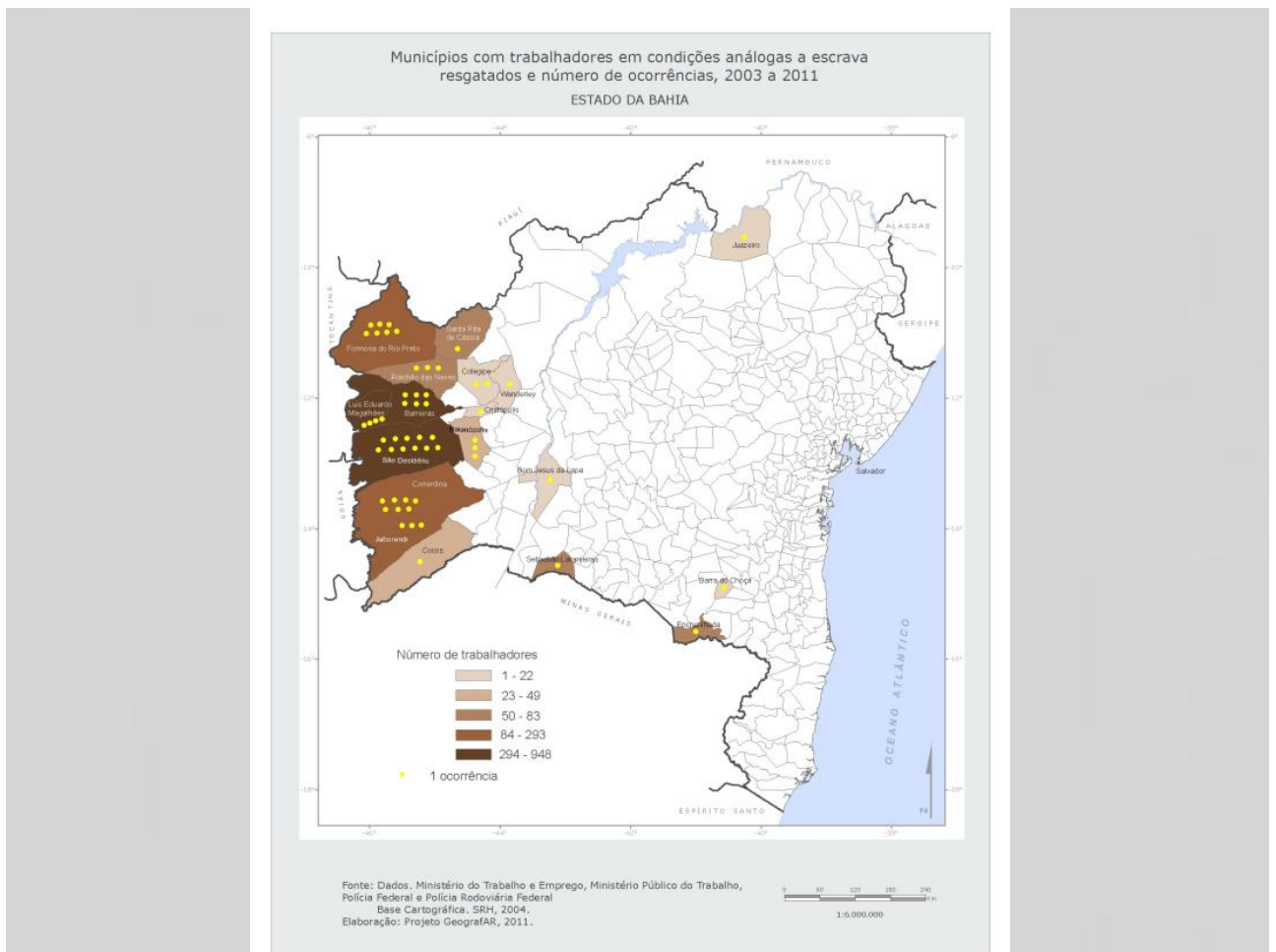
A convite da Comissão Pastoral da Terra (CPT/BA) o GeografAR se envolveu na “Campanha Nacional contra o Trabalho Escravo” e assumiu, junto com a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR) a pesquisa sobre “Diagnóstico e Mapeamento do Trabalho Escravo na Bahia”<sup>8</sup>. Trago alguns resultados para mostrar outras caras da barbárie, agora diretamente vinculada às relações de trabalho.

No Mapa 4 consta a representação das ocorrências de trabalhadores resgatados de situação “análoga a de trabalho escravo” na Bahia. O Mapa 4 foi construído com dados oficiais disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. É interessante observar que os municípios onde se tem o maior número de ocorrências estão localizados no Oeste baiano, onde se concentra a frente de expansão de fronteira agrícola, não só baiana ou brasileira, mas também internacional ponta de avanço do agronegócio, o “celeiro” da Bahia! Aí encontramos um grande número de ocorrências e de trabalhadores resgatados. Isso confirma a tese dos estudos de Porto-Gonçalves de “que a violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao *agro-business* e à modernização dos campos brasileiros” (PORTO-GONÇALVES, 2006, P. 140).

---

<sup>8</sup> Este Projeto de Pesquisa recebeu, também, apoio do CNPq.

Mapa 4



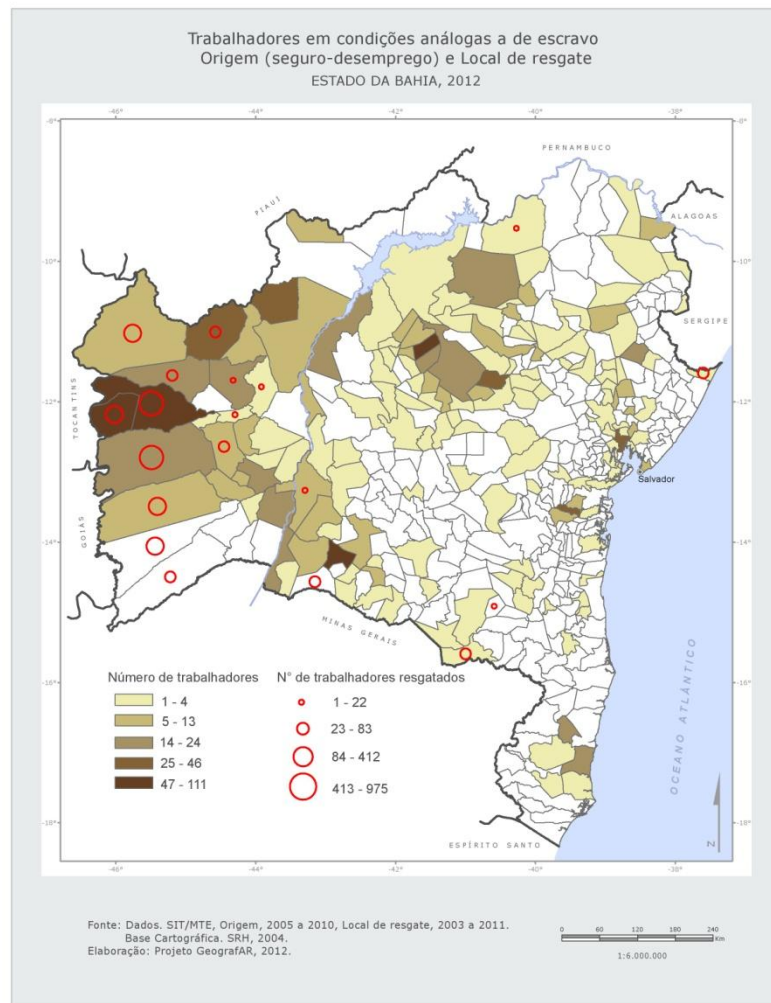
A primeira pergunta que se faz é que tipo de trabalho fazem estes trabalhadores, num lugar com uma agricultura altamente tecnificada, com grandes plantações de soja, algodão, irrigadas como pivôs centrais e se pergunta o que é que fazem esses trabalhadores aí? Como é que cabe o trabalho escravo aí? É importante lembrar o que vimos com o Milton Santos sobre lugares, localizações e valorização. Há pouco tempo atrás essa parte da Bahia era conhecida como o “Além São Francisco”, era o Cerrado, não tinha valorização nenhuma... Toda a ocupação neste período mais recente foi induzida através do Estado e teve como consequência a valorização de toda essa terra. Uma declaração do Governo do Estado da Bahia, de 1980, é muito clara neste sentido quando diz que “e uma questão de bom sendo incentivar e direcionar os grandes empreendimentos agropecuários para o Chapadão, pois a atividade agrícola, nessa área, só é viável com o emprego maciço de capitais” (BAHIA, 1980, p. 61). Daí quando vemos no processo de resgate do trabalho escravo, e as condições de vida destes sujeitos que se encontram nesta situação, estão envolvidos na limpeza da área para o plantio, na re-cata do algodão, na re-cata da soja,



estão fazendo cercas e principalmente estão fazendo carvão. As carvoarias, que se espalham por toda esta área, servem tanto para fazer madeira quanto para alimentação das siderúrgicas em Minas Gerais, quase sempre de forma clandestina.

Outro exercício de espacialização que estamos fazendo, que também levantam algumas questões, é quanto à origem destes trabalhadores resgatados. Com base nos dados do cadastro do seguro desemprego é possível identificar a origem de domicílio destes trabalhadores e pode-se observar no Mapa 5 que eles estão em quase todos os municípios do estado da Bahia.

Mapa 5



Quando são resgatados, eles recebem três meses de salário desemprego e mesmo com três meses de salário desemprego a situação deles não muda, continua a mesma que os levaram da primeira vez a se submeter a estas condições de trabalho. Portanto, a incidência de trabalhadores escravos resgatados é grande, é significativa, então se você não romper

esse círculo vicioso que coloca esses trabalhadores na rota do trabalho escravo e facilmente de serem agenciados pelos gatos, você vai ter um círculo vicioso nesse processo.

O município de São Desidério é um dos que tem maior número de trabalhador escravo resgatado. Vendo a sua estrutura fundiária de 1970 a 2006 (Quadro 1) tem-se que o grupo de área de até 50ha que em 1970 detinha 21,27% da área e correspondia a 95% dos estabelecimentos passa, em 2006, a deter 1,73% da área e vai corresponder a 63% dos estabelecimentos, portanto, houve uma diminuição significativa dos estabelecimentos e área deste grupo. Enquanto que os acima de 500 ha houve um aumento do tamanho de área que passou de 62,99% para 93,67% neste período, ou seja, quase a totalidade do município de São Desidério está na mão dos estabelecimentos do grupo de área acima de 500 ha, e os estabelecimentos saltaram de 0,66 para 13,49%! Os trabalhadores submetidos ao trabalho escravo não precisam nem mais ir para São Paulo ou pra outro lugar, em seu próprio município ele encontra essa situação, as vezes até mesmo como única opção para o trabalho.

**Quadro 1 Estrutura fundiária do município São Desidério, Bahia, 1970, 1980, 1996 e 2006**

Ano	até 50 ha		acima de 500 ha	
	estabelecimento (%)	área (ha) (%)	estabelecimento (%)	área (ha) (%)
1970	95,01	21,27	0,63	62,99
1980	87,1	3,33	2,75	90,09
1996	73,7	1,25	13,9	95,11
2006	63,57	1,73	13,49	93,67

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1970, 1980, 1996 e 2006  
Elaboração; Projeto GeografAR *apud* Nery (2011)

## E) CONFLITOS EM TERRAS PÚBLICAS E GRANDES OBRAS

A complexidade da Questão Agrária nos levou a incorporar em nossa pauta de trabalho a questão das terras devolutas. Principalmente nos últimos tempos, quando se discute que a reforma agrária não é mais necessária e que não há mais terra disponível para se fazer Reforma Agrária. Depois do II Plano Nacional de Reforma Agrária que detectou um número expressivo de terras devolutas, isto é, sem a dominialidade comprovada, e estimou que na Bahia este número ultrapassa a 55%, este tema tem recebido nossa atenção. Começamos e estamos “Continuando no tortuoso caminho para chegar às terras devolutas na Bahia”<sup>9</sup>, pesquisa que congrega os trabalhos realizados pelo GeografAR e tem como

<sup>9</sup> Título da pesquisa em curso, realizada com apoio do CNPq.

objetivo construir uma metodologia para por em evidência esta questão. Assim, numa das frentes empreendida fomos identificando e sistematizando conflitos que se dão em terras que se presume que sejam devolutas. Nesta caminhada, acabamos tropeçamos com outro elemento que evidencia esta situação que são os grandes projetos, onde a presença do Estado aparece tanto antes, como durante e quanto depois... O envolvimento direto do Estado coloca-o como partícipe e autor de situações de barbárie.

O esforço em ir registrando estas ocorrências e identificando o local e o grupo social envolvido (quilombola, fundo e fecho de pasto e outros) e o tipo de conflito (com mineradora, com agronegócio, fundiário e com construção de barragem e outros) deu origem ao Mapa 6 . Comunidades que mal conseguiram regularizar seus títulos de propriedade do “solo”, se vê, de repente, envolvidas com as mineradoras invadindo suas propriedades e descobrindo a riqueza dos seus minérios no subsolo!

Todas as ferrovias que foram construídas no país eram para a integração, iam de Leste-Oeste, de Norte ao Sul, transportando mercadorias e pessoas... Entretanto, a controvertida Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em construção, que claramente tem como objetivo escoar nossas riquezas, para facilitar a saída dos grãos e, em especial, para escoar o minério de Caetité. A FIOL está atrelada a uma grande obra do Porto Sul, que vem recebendo críticas e manifestações contrárias<sup>10</sup>.

Uma ferrovia, que vem de Tocantins, passa por todo o Oeste e só vai transportar grãos e minérios, e tudo em nome do “desenvolvimento regional”. Cabe perguntamos que tipo de desenvolvimento regional ela vai promover? Não poderia ser pensado outro tipo de integração?

Outro conflito registrado é em relação ao cultivo do eucalipto, que começou a ser implantado no Extremo Sul, passa pelo Centro-Oeste e vai para o Oeste. É interessante ver que os conflitos com as comunidades tradicionais, nos Fechos de Pasto e geraizeiros presentes no Oeste voltam a ocorrer e de forma muito truculenta. São comunidades que

---

<sup>10</sup> O primeiro trecho da Ferrovia que vai de Caetité ao Porto Sul tem três lotes e foi embargado pelo IBAMA. Interessante que em todos os municípios deste primeiro trecho, os prefeitos, trabalhadores da obra e comerciantes fizeram greve para pressionar o IBAMA a liberar os lotes. O IBAMA liberou 15 km do primeiro lote, justamente os 15 km que passam por toda a parte produtiva das comunidades que ficam a margem do Rio de Contas. O traçado da Ferrovia passa margeando o Rio de Contas, não chega a 5 metros do curso do Rio e atinge toda a área produtiva de comunidades centenárias, que estão ocupando essas terras e sem terem o título de suas propriedades, portanto, terras devolutas. O Estado está reconhecendo as terras do tramo só onde a Ferrovia vai passar, só dos 80 metros do tramo.

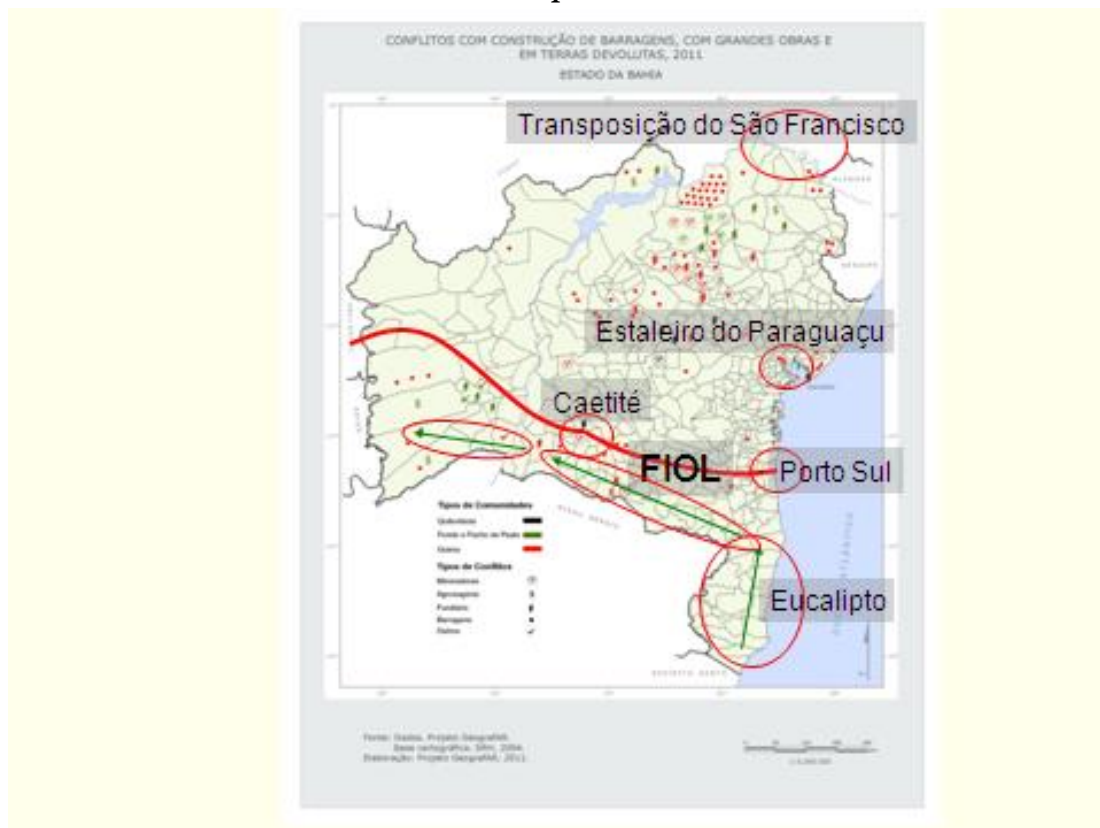
são pescadoras, agricultoras, pastoras, que tem seu modo de vida articulado e estão sendo expropriadas de suas terras, empurradas e, praticamente, espremidas nas beiradas do Rio.

Temos ainda a controvertida transposição do Rio São Francisco e do Estaleiro do Paraguaçu. Esta última, embora seja uma empreitada privada, foi assumida pelo Governo do Estado. Inicialmente, a ideia era a construção de um Polo Naval, com três estaleiros, para dar suporte às necessidades do Pré-Sal. Posteriormente, foi reduzida para um estaleiro que está sendo construído em área da Resex Marinha de Iguape que teve sua poligonal alterada pelo Presidente Lula!

O Mapa 6 permite visualizar a incidência da presença do Estado através das grandes obras de infraestrutura e evidencia que os conflitos ocorrem tanto pela disputa da terra, como por acesso a água, pelo interesse na exploração do subsolo e, mais recentemente pelos corredores de vento para instalação das usinas eólicas.

Acreditamos ser este um movimento metodológico exemplar. Pois, ao se debruçar sobre uma realidade complexa ela mesma vai se mostrando e recompondo o espaço geográfico em sua totalidade, nosso ponto de partida. Mostra que terra, água, subsolo e vento, campo e cidade estão envolvidos numa guerra constante e sem trégua, pela disputa e apropriação dos recursos naturais.

Mapa 6



O acompanhamento da questão agrária no estado da Bahia, por mais de 15 anos, permite perceber, com um pouco mais de clareza, os sujeitos sociais envolvidos na luta e resistência na terra. Permite afirmar que acampados, assentados, quilombolas, fundos e fechos de pasto, indígenas, pescadores, atingidos por barragem, por mineradores, por ferrovias, por estaleiros e por trabalho escravo, pelo crédito fundiário estão todos sobre o denominador da Questão Agrária. Essa compreensão não minimiza ou simplifica a questão, porque cada segmento desses vai ter suas lutas específicas, as suas organizações específicas, mas que irão potencializar as forças da resistência ao assim se entender.

Para concluir, vemos que todos os dados confluem na confirmação de um círculo vicioso da barbárie e confirmam o atual modelo de desenvolvimento como forma de controle oficial. Contribui para isto a atual Política de Desenvolvimento Territorial em curso no Estado, que se por um lado avança no sentido das políticas sociais – saúde, educação, cultura, infraestrutura – não discute nem incorpora a Reforma Agrária ou a regularização fundiária em suas pautas. O mesmo acontece com os recentes programas da “Bolsa Verde” e “Brasil sem Miséria” que não tocam na questão fundiária.

Por isso eu reafirmo que a condição de lutar e resistir na terra e pela terra, é uma possibilidade de resistir à barbárie. E acredito que se no início a utopia anima a luta e aponta possibilidades, a conquista e a permanência na terra alimentam esta utopia e projetam nos sujeitos uma coragem e uma possibilidade de resistência à barbárie. A permanência e a conquista da terra para a concretização de um projeto de política da vida, que mesmo frágil e pequeno, muitas vezes sem ser reconhecidas, nos anima a todos.

## REFERENCIAS

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2011.

GERMANI, G., OLALDE, A. OLIVEIRA, G.G. de e CARVALHO, Edmilson. A implantação dos programas orientados pelo modelo de reforma agrária de mercado no estado da Bahia. In: SAUER, Sérgio PEREIRA, João Márcio M. (orgs.) **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, 10 (19), 1980, p.31-47.  
NERY, Hernany M., GERMANI, Guiomar I e OLIVEIRA, Gilca G. de. Fronteira Agrícola da Bahia: Plantando relações de Trabalho Análogas à Escravidão. **Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS**. Recife: UFPE, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais** (*Online*, 75) 2006. URL: <http://rccs.revues.org/908>. pp.139-169.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e SANTOS, Luís Henrique R. A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador. Geografia dos conflitos e da violência no campo brasileiro em 2011. In: CANUTO, Antonio, LUZ, Cassia R. da S. e WICHINIESKI, Isolete (orgs). **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2012, pp. 73-83.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 4ª Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Degradação e Centralidade do Trabalho (As Contradições da Relação Capital x Trabalho e o Movimento Territorial de Classe) **Revista Pegada** vol. 13, n 2, dezembro de 2012.

**Prof. Leandro Franklin Gorsdorf** – Universidade Federal do Paraná, conselheiro da entidade de direitos humanos - Terra de Direitos e do Comitê Popular da Copa 2014-Curitiba).

Primeiramente boa noite a todas e a todos. Eu queria agradecer o convite do Jorge Montenegro e da Fernanda [Keiko Ikuta] de a gente estar aqui e poder expor um pouco essa temática relacionada aos megaeventos. Principalmente os megaeventos esportivos e o impacto desses megaeventos em relação com as estratégias de resistência relacionadas à questão da barbárie do capitalismo. Eu sou membro do Comitê Popular da Copa do núcleo de Curitiba<sup>11</sup> e sou professor da Universidade Federal do Paraná, do curso de Direito. E o que o curso de Direito está fazendo dentro de um comitê popular ligado à questão da Copa do Mundo? Lá no curso de Direito eu tenho um projeto de extensão transdisciplinar que a gente iniciou neste ano e visa fazer o monitoramento do impacto da Copa do Mundo aqui na cidade de Curitiba. Ele tem sede ali no Direito, mas com estudantes de Ciências Sociais, Economia, de Direito, Serviço Social. Então, é bem amplo o leque de estudos que nós estamos aprofundando. E este núcleo de extensão, este projeto, está vinculado a uma rede de pesquisa que se chama Observatório das Metrôpoles que tem sede no IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A minha exposição consiste em três pontos. Primeiramente, é a gente tentar entender dentro de que contexto está acontecendo os megaeventos. Quer dizer, em que contexto, em que processo histórico de urbanismo e de urbanização que foi ocorrendo – desde a década de 1970 até os dias de hoje – e que se insere aí então a ocorrência e realização desses megaeventos. Num segundo momento da minha apresentação, vou tentar trazer algumas digressões teóricas que têm sido realizadas por nós aqui do Núcleo, mas também por outros pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e por outras redes. Algumas categorias que são importantes para entender este fenômeno dos megaeventos esportivos. E terminar, falando sobre processo de resistência frente a essa questão dos megaeventos, especificamente do papel do Comitê Popular da Copa, não só de Curitiba como nacional.

### **O contexto dos megaeventos**

---

<sup>11</sup> O Comitê Popular da Copa do núcleo de Curitiba está disponível em: <http://copa2014curitiba.wordpress.com/>.

Então, começando aí pra gente ir para o primeiro slide: acho importante a gente entender que de uma forma ou de outra, as nossas cidades brasileiras estão sendo produzidas e reproduzidas de um modo conflituoso. E aqui, pode parecer que isso é negativo, mas ao contrário... esse modo conflituoso que tem acarretado a produção de nossas cidades, tem garantido a visibilidade tanto das demandas vindas dos movimentos sociais como também dos limites impostos pela institucionalidade e pelo mercado frente a essas demandas. Essa produção conflituosa das cidades brasileiras é importante para nós entendermos esse diagnóstico que se apresenta hoje nas nossas cidades. Entendendo que a cidade é uma práxis histórica de um acúmulo de uma demanda social dos movimentos sociais. Então, nós verificamos que ela consegue aí transmitir que com a pluralidade de atores que nós temos dentro das nossas cidades, com os diversos agentes e produtores dessas cidades, nós também temos interesses que se contrapõem. E a partir desses interesses que se contrapõem é que surge então, essa produção conflituosa de nossas cidades. E, de tempos em tempos isso, de acordo com a institucionalidade estatal, acaba por forçar pactos territoriais para tentar demover as demandas que advêm desses conflitos.

Então, se observa a tentativa de amenizar esses conflitos através de determinados pactos territoriais. E aqui só vou falar de um instrumento das nossas cidades que foi utilizado nos últimos cinco anos, o instrumento do Plano Diretor. O que é o Plano Diretor? É o pacto de vários segmentos da sociedade, que, a meu ver, - fazendo já uma crítica ao Plano Diretor – ao invés de ocorrer uma emergência desses atores e desses conflitos, o Plano Diretor silenciou muitas dessas demandas que estavam colocadas e postas no quadro de conflitos dentro das nossas cidades.

Essa prática conflituosa vem a acarretar como consequência e como resposta, em razão de uma tradição autoritária do nosso Estado, um processo de repressão e de criminalização dos movimentos urbanos cada vez mais inconsequentes. Isso também é um processo que já acontecia nos movimentos camponeses, no movimento do MST. Se origina lá, mas também se estende para nossas cidades. Não é à toa que nós podemos citar o caso emblemático do processo de criminalização do Gegê, liderança da Central dos Movimentos Populares de São Paulo que foi levado ao júri em razão de um assassinato ao qual ele não tinha nenhuma participação. Então, a gente verifica cada vez mais casos que mostram esse processo de repressão e criminalização das lutas sociais conflituosas na cidade.

Por que acontecem esses conflitos? A maior parte desses conflitos nas cidades brasileiras acontecem em razão do problema do acesso à terra. Não adianta. E aqui eu gosto muito de falar e citar Ermínia Maricato, quando fala que o nó do problema fundiário



no Brasil é a terra, é a questão da terra e da propriedade privada. Esse conflito vem como consequência de uma distribuição desigual dessa terra dentro das nossas cidades. Por quê? Porque o poder político e o poder econômico que atuam dentro dessas cidades acabam construindo alianças criando um processo de concentração fundiária devido à distribuição territorial e geográfica que não é justa e nem equitativa para todos que habitam a cidade.

Neste sentido, o problema que se verifica, principalmente quando acontecem os megaeventos, é a confusão entre o que é público e o que é privado. Isso também vem do histórico de nossas cidades, pois tem a ver com a utilização de mecanismos públicos para se garantir benefícios privados. Isso faz parte desse pacto econômico do qual falávamos anteriormente. Uma distribuição desigual aonde existe uma socialização do ônus para todos e uma privatização do bônus. Tudo isso baseado principalmente naquilo que a gente chama de processo de espoliação urbana que desde a perspectiva histórica se iniciou com o Estatuto da Terra, quando se definiu que o modo de apropriação da terra era a propriedade privada, ou seja, através da compra e venda.

O que acontece com o Estatuto da Terra? A terra começa a ter um valor, quer dizer, um valor econômico. Aí surge o processo de espoliação urbana que hoje verificamos dentro de nossas cidades. A terra urbana isto é, a terra que é urbanizada, que tem uma infraestrutura, aquela que garante o acesso a todos os serviços públicos; é um elemento que gera um valor agregado, uma mais-valia fundiária. Por quê? O Estado garante e implica dinheiro público para propiciar que essa terra urbanizada tenha toda essa infraestrutura, mas também garante que quem vai ter acesso são somente aqueles que fizeram o pacto do poder econômico e do poder político. Quer dizer, o Estado reorganiza o espaço a partir desta ordem, deste pacto político-econômico de acesso à terra urbanizada. Formando um mercado formal de terras e também um processo excludente de acesso à terra originando-se um processo de ocupações irregulares, onde a questão da renda dessas famílias é o que delimita o quanto ou não eu posso ter acesso a terra dentro dessa cidade. Cria-se com isso uma segregação espacial, mas também social.

E, isso significa que eu não me integro, não sou pertencente e nem tenho uma terra dentro dessa cidade. Consequentemente outros direitos advindos dessa possibilidade de ocupar espaço num lugar dentro dessa cidade acabam impactando numa segregação sócio-espacial. Que acaba por ser geográfica, mas também simbólica. Criando em torno dessas grandes cidades e das grandes metrópoles, o cordão periférico dessas pessoas que não conseguiram ter acesso a esse mercado formal de terras. Retomando então, essa

segregação sócio-espacial provoca este conflito fundiário que está originado neste não acesso à terra.

Quer dizer, se a terra, um “bem escasso”... Será que a terra é um bem escasso? Eu quero polemizar isso. Será? Não é! Se por exemplo, nós formos verificar dados da Fundação João Pinheiro de Minas Gerais que fez um levantamento que é o seguinte: se nós contarmos domicílios vazios e formos contar os terrenos e lotes vazios dentro das nossas cidades; esses domicílios vazios e esses lotes dariam conta de todo o déficit habitacional que temos dentro de nossas cidades. É a falácia da escassez. Por quê? Porque o capitalismo vive a partir desse conceito de escassez. Então, por isso o capital coloca que a terra é um bem escasso e em disputa, pra tentar omitir, silenciar essa dimensão de que existe terra sim, só que ela é distribuída de forma desigual.

### **Questões teóricas**

Quais são as dimensões que temos verificado dos conflitos fundiários? Posso dizer de quatro dimensões. Uma dimensão geográfica, como eu já falei, do lugar que essas pessoas ocupam tanto simbolicamente dentro da sociedade, como também espacialmente. A urbanística que, conseqüentemente, o não acesso a essa terra também implica não garantir o acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Não existe uma qualidade urbanística. Sobre isto, Nabil Bonduki, que é um grande pensador sobre a questão da habitação aqui no Brasil, utiliza um termo que é muito pertinente. Ele fala da habitabilidade. Habitabilidade no sentido de que, quando estamos falando de acesso à terra, não é somente acesso à terra. Tem que se pensar a habitabilidade pela questão do conforto, do acesso aos serviços, do pertencimento dessa pessoa a essa cidade. Então, ele amplia o conceito de acesso à terra para a questão de uma habitabilidade urbana. Outra dimensão é a dimensão econômica em razão da produção capitalista desse espaço. E o quarto aspecto, da minha área, que é a questão jurídica. De uma forma ou de outra, a lei vem para legitimar todo esse processo de exclusão que se dá espacialmente dentro das nossas cidades. De que forma? A Lei de zoneamento é o maior poder que tem o Estado, o governo, o município de ditar e de realmente afastar aqueles que poderiam vir a ter acesso a uma terra urbanizada, de não ter a terra urbanizada. Conseqüentemente, a Lei de Zoneamento e quando se discutiu toda a questão do Plano Diretor, de uma campanha do Plano Diretor todo mundo esqueceu que é a Lei de Zoneamento que acaba determinando o uso e as atividades que serão garantidas em cada parte da cidade e quem é que realmente vai ter

espaço garantido nessa cidade. Então, a importância que a lei tem, em razão deste poder econômico e político é que determina qual o espaço que eu vou ocupar nessa cidade.

Então, repassando rapidamente: quais são essas causas dos conflitos fundiários nas cidades? São várias causas que a gente tem verificado: a concentração da propriedade de terra; a reintegração de posse de imóveis públicos e privados no qual o processo estava em desconformidade com a garantia de direitos sociais; a inexistência ou deficiência de políticas habitacionais municipais, estaduais de habitação de interesse social; uma regulação precária do parcelamento do uso e ocupação do solo e; a questão do conflito sobre a legislação ambiental que tem acarretado uma grande expulsão de pessoas ligadas à questão da preservação ambiental de uma forma absolutista, ideológica. Acontece que a agenda ambiental tem sido utilizada para expulsão da maior parte das pessoas dentro das cidades. Normalmente a gente verifica o que? Expulsam-se as pessoas que estavam na ocupação irregular, passam alguns meses e no mesmo lugar tem uma placa de um condomínio fechado. Esse discurso tem sido utilizado recorrentemente criando conflitos fundiários. Não ter implementado os instrumentos do Estatuto das Cidades também tem ocasionado esses conflitos fundiários, assim como a inexistência de um controle público não garantido sobre a valorização da terra, a especulação imobiliária e a distribuição da mais-valia fundiária, tudo isso tem ocasionado os conflitos fundiários. E aqui, o mais importante é que, cada vez mais, obras públicas e grandes projetos, como por exemplo, as barragens ou projetos de infraestrutura, como grandes avenidas, e megaeventos; resultam, na maior parte das vezes, em despejos de grande parte das comunidades, de grandes famílias.

Os megaeventos acabam sendo um dos geradores desses conflitos fundiários que nós já colocamos e que se insere na lógica de como estão sendo produzidas e reproduzidas essas cidades. Dentro dessa agenda, temos outra que é a relativa ao Fórum Nacional de Reforma Urbana. Iniciou-se desde os movimentos das associações de bairro, das Comunidades Eclesiais de Base e posteriormente, acabou tomando grande força no processo da Constituinte originando o que chamamos do campo da reforma urbana. Dentro desse campo da reforma urbana, citamos anteriormente o grande articulador nacional que é o Fórum Nacional da Reforma Urbana. Desde a década de 1970 até os dias de hoje acaba sendo o espaço de militância política desses movimentos sociais. É neste campo político que se conseguiram alguns êxitos a respeito da institucionalidade e do marco legal de garantia de uma lógica do campo da reforma urbana. Uma lógica que é principalmente pautada por alguns princípios. Princípios estes que são: o direito à cidade; o da função social da cidade e da propriedade; o da gestão democrática; o da justa

distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e; a recuperação da mais-valia pelo poder público.

E quem é quem nesse campo da reforma urbana? Aqui eu posso citar que é um campo em articulação nacional composta por quatro grandes movimentos nacionais: CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores, União Nacional de Moradia Popular, Movimento Nacional de Luta por Moradia e a Central de Movimentos Populares. Esses quatro grandes movimentos sociais são articuladores os deste Fórum Nacional da Reforma Urbana. Conjuntamente organizações não governamentais de referência nacional, como o Pólis e o IBASE e, além disso, os profissionais liberais que participam, por exemplo, ANDES, AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) e outros profissionais como os arquitetos. Mas qual é o problema? E aqui já fazendo uma crítica! No início havia um processo de mobilização e de ocupações muito mais forte do que foi na década de 1990 de ocupações de prédios vazios, de terrenos vazios, mas ocorreu que nos últimos anos isto é, desde o governo Lula, o campo da reforma urbana acabou mudando muito a sua agenda de militância política. Abre uma agenda muito institucional, dando assim preferência a: pressionar por instituição, por exemplo, o Ministério das Cidades; pressionar por garantir um programa de habitação de interesse social. Porém, tem pecado no processo de uma não mobilização por outras formas de pressão social como era antes das ocupações.

E isso, dentro do contexto dos megaeventos hoje, é muito importante de se ter em mente, para verificar que outras formas de resistência estão surgindo além deste campo clássico da reforma urbana. De uma forma ou de outra, no campo da reforma urbana, como eu falei, uma institucionalidade do Ministério das Cidades, uma lei do Estatuto da Cidade, um programa nacional de luta por moradia... inclusive o dinheiro, que apesar de não ser o que se pensava para habitação de interesse social; existem alguns ganhos relacionados a esses princípios. Esses princípios na verdade são importantes principalmente, porque estão sendo flexibilizados e relativizados no processo de instalação dos megaeventos aqui no Brasil. Especialmente quando a gente fala do direito à cidade ou de gestão democrática, mas principalmente quando se fala de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, aí incluída a questão dos megaeventos.

Para discutir megaeventos e cidades é importante entender duas coisas. Primeiro, a nova economia de esporte e os seus novos parâmetros. E este novo paradigma de planejamento e gestão das cidades em razão desses megaeventos.

Não é de hoje que as Olimpíadas ou a Copa do Mundo acontecem. Certo? Mas a mudança de percepção desses megaeventos esportivos aconteceu principalmente no marco histórico das Olimpíadas de Los Angeles. Porque nesse marco passou a prevalecer a questão dos interesses capitalistas e que, conseqüentemente, entrou a questão de um maior profissionalismo e uma maior divisão social do trabalho, isto é, criando novos parâmetros na economia dos esportes. Quer dizer, que surge a partir do temário dos esportes um novo campo para a expansão e para a renovação capitalista. O movimento olímpico toma forma em função da realização desses megaeventos que geram: a criação de um mercado, o aquecimento do mercado da construção civil em razão de toda a infraestrutura necessária, a questão do volume imobiliário e da valorização desses imóveis. Ele é muito clássico. A gente vê hoje no Rio de Janeiro que, por exemplo, um aluguel, que antes em Copacabana custava um mil reais, hoje custa, no mínimo dois mil e oitocentos. Isso mudou faz uns seis meses devido aos megaeventos.

Outra coisa também relacionada a esse valor imobiliário é a criação de UPPs [Unidades de Polícia Pacificadora] em todas as comunidades que se encontram em volta do lugar onde serão realizados esses megaeventos. Principalmente para que seja garantida a penetração do ramo imobiliário dentro dessas comunidades como na comunidade do Alemão. Neste sentido serve de exemplo a primeira pesquisa que fiz sobre megaeventos e a Copa do Mundo. A partir dela identifiquei nos primeiros documentos elaborados, principalmente um documento da Câmara do Comércio dos EUA, que se salientava a necessidade e possibilidade do Brasil de um mercado mais ativo da segurança privada, ou seja, outros campos se abrem economicamente dentro do mercado dos megaeventos.

Essa nova economia de esporte, também traz junto não só essa ampliação do mercado, mas também uma questão simbólica. Trazer o megaevento para a sua cidade, para o seu país, traz uma ideia de que? De que o megaevento é uma forma de progresso, é uma forma de realizar a solidariedade entre os povos. Quer dizer, se constrói um imaginário sobre a importância de um megaevento dentro de um país, dentro de uma cidade e, assim, se constrói a produção de mercadoria. E assim se constrói principalmente, a cidade como mercadoria. A cidade como uma mercadoria a ser vendida para fora, como uma cidade perfeita para a realização de um megaevento esportivo ou, mesmo, um país perfeito e adequado para realizar e receber um megaevento esportivo. Aí se cria uma marca dessa cidade como modelo para garantir o megaevento esportivo, por isso há mil disputas no contexto internacional sobre qual país seria sede das Olimpíadas e da Copa do Mundo. Com grandes jogos de marketing e grandes utilizações midiáticas para garantir essa questão

simbólica de que realmente o nosso país é que deveria receber os dois megaeventos esportivos. Inclusive dentro do país, as cidades fizeram campanhas com dossiês específicos enfatizando nas qualidades, os benefícios – mesmo econômicos e incentivos fiscais em cada cidade – para garantir a vitória diante da disputa das cidades-sede. Isso tudo tem relação direta com a ideia simbólica de criar uma cidade vinculada à questão do esporte.

Pode-se perceber que essa questão dos megaeventos e as cidades só se tornou possível em razão dessa renovação do capitalismo dentro de uma percepção muito mais fluida, no contexto do avanço deste meio técnico-científico-informacional que garante uma maior circulação dos interesses econômicos. Quando a gente fala de megaeventos, se trata de um circuito econômico mundial e que se garante principalmente na fase da acumulação flexível do capitalismo. Ou seja, essa nova economia do esporte é possível de realizar-se nesta nova fase do capitalismo, na qual esses lugares, essas cidades, em razão daquele imaginário, passam a se disputar pretendendo a atração dos investimentos privados, é a guerra dos lugares. Isso significa pensar que ao receber o megaevento esportivo há intrinsecamente um acréscimo financeiro, econômico, relacionado com esta economia mundial dos megaeventos.

Então para que uma cidade ou um país recebam um megaevento tem que se pensar numa forma de planejamento e o campo da reforma urbana, do Ministério das Cidades, do Estatuto das Cidades, não garante a realização de um megaevento esportivo. Por isso é necessária uma nova percepção do planejamento. Um planejamento urbano baseado no empresariamento urbano, que se garanta a competitividade dessa cidade e consiga ser sede desse megaevento. Deve ser uma cidade que seja uma empresa que possa gerenciar muito bem todas as questões relacionadas a este megaevento: turismo, produção de emprego, toda a parte do meio ambiente, a produção e os mercados que vão ser criados para dentro do país. Esse planejamento urbano fica assentado no planejamento estratégico de uma forma que seja flexível. Flexível para quem? Com certeza não para os movimentos sociais, mas para o empresariado.

Nesse planejamento urbanístico flexível da cidade criam-se instâncias decisórias que estão vinculadas à questão do mercado em detrimento daquelas dos espaços decisórios políticos existentes, como o Conselho das Cidades, como outros órgãos públicos que são importantes espaços públicos de decisão da cidade. Também este planejamento, garante a criação de grandes projetos de desenvolvimento urbano como os megaeventos esportivos, como a Copa e as Olimpíadas que se encaixam principalmente nesta categoria. E esses grandes projetos de desenvolvimento urbano acabam ocasionando aquilo que nós estamos

vivendo hoje no Brasil: parcerias público-privadas, desregulamentação edilícia, concessão de vantagens fiscais e privatização dos espaços urbanos.

E ainda, para se garantir esse planejamento estratégico, esse empresariamento urbano, hoje estamos vivendo aquilo que nós chamamos de Estado de exceção. É o mesmo estado de exceção a que Agambem faz referência do momento das ditaduras, da Segunda Guerra Mundial, do nazismo. Cria-se um Estado de exceção que significa um Estado de emergência permanente. E o que é essa emergência? É a realização de um megaevento, é a Copa, são as Olimpíadas. Este estado de emergência permite burlar os obstáculos para realizar o megaevento, já que aquilo que é colocado como regra, acaba sendo um impeditivo. Quer dizer, o Estatuto da Cidade é obstáculo, o Conselho da Cidade também, assim como o Ministério das Cidades pode ser obstáculo. Por isso é que se cria um Estado de exceção onde se legaliza aquilo que seria ilegal, aquilo que vai defender o que já está instituído. Instituem-se então, novas regras de exceção àquilo que era regra. E a exceção passa a ser a regra deste estado de emergência. Aquilo será regra dentro deste momento de realização de um megaevento, nas palavras de Carlos Vainer tem-se uma cidade de exceção. Uma cidade de exceção, construída especialmente para este estado de emergência que vem a ser este megaevento.

E quais são as consequências desses megaeventos, dessas cidades de exceção? Despejo forçado de comunidades, higienização e gentrificação urbana. Principalmente para quem? Moradores de rua, camelôs, pessoas ligadas a profissionais do sexo que trabalham na rua. Realiza-se um processo de limpeza social e de desconsideração de espaços públicos decisórios. Quer dizer, hoje, por exemplo, se você for discutir se a Copa do Mundo ou se as Olimpíadas passam pelos Conselhos das Cidades que foram instituídos pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, nada foi decidido lá porque o poder de decisão não passa por esses espaços públicos. A ingerência de organismos internacionais no âmbito nacional COI e FIFA – que não são organismos públicos, senão entidades privadas que acabam ingerindo dentro do nosso ordenamento jurídico. Quer dizer, que isso também tem como consequência o uso do dinheiro público investido para interesses privados. Não é à toa, por exemplo, que a gente verifica aqui em Curitiba, em Porto Alegre, dinheiro público para construir estádios que posteriormente ficarão como legado para empresas privadas.

E, por último, enumero normativas de exceção que nós temos verificado. Começou com a Lei de Regime Diferenciado. Quer dizer, a licitação que é dos principais princípios da administração pública, está sendo facilitada e simplificada para garantir a execução dos grandes projetos. A Lei Geral da Copa, não foi ainda veiculada, não foi

publicada, nem aprovada, mas vem para que? Flexibilizar o que? Vai flexibilizar o Estatuto do Torcedor ou a questão de que? É para criar uma zona de exclusão dentro das cidades, onde haverá prioridade para a venda de produtos para as grandes empresas parceiras dos megaeventos. E agora, a última que saiu, foi que até o Código Florestal que está sendo discutido agora no senado, está com um adendo para a Copa do Mundo: flexibilização sócio-ambiental para a realização da Copa do Mundo. Quer dizer que se cria uma normativa de exceção para garantir a realização.

Aqui em Curitiba nós temos o perímetro da zona de exclusão [remete ao slide representado na Figura 1, mas todas as cidades terão isso.

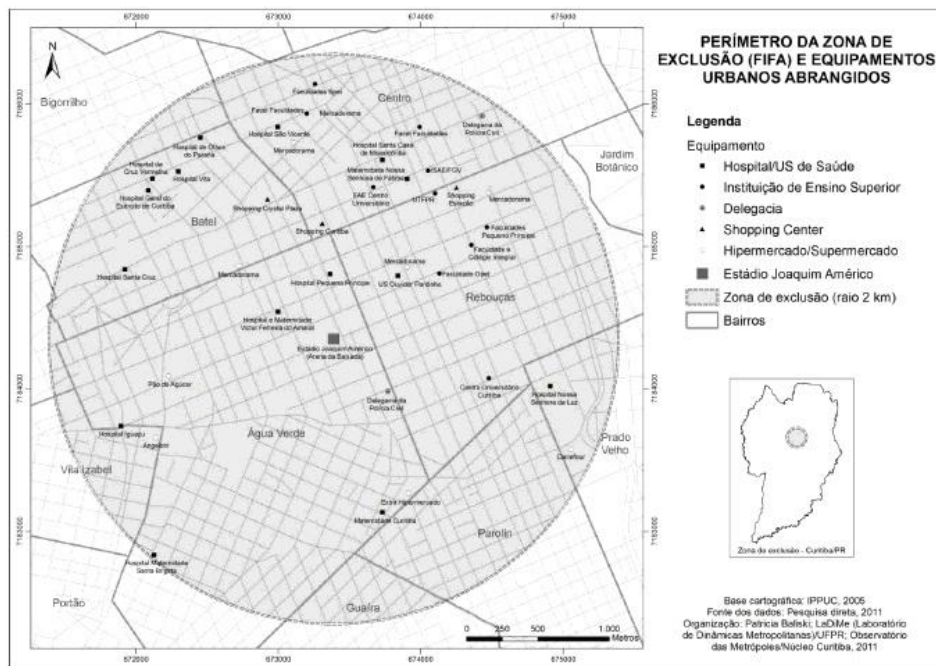


Figura 1 – Perímetro da Zona de Exclusão (FIFA). Fonte: Observatório das Metrôpolis, Núcleo Curitiba.

Em dois quilômetros do estádio haverá prioridade de venda apenas para os produtos que são das empresas relacionadas ao megaevento Copa, por exemplo, Coca-Cola. Quer dizer, não vai poder vender Tubáina, nenhum produto que não seja da Coca-Cola nesse raio de dois quilômetros. E o que nós temos verificado é que haverá um impacto muito grande porque nesses dois quilômetros está a maior parte de camelôs e daqueles que vendem água na rua...

Nós vamos fazer um levantamento sobre eles para saber quem são as pessoas que serão afetadas em razão dessa zona de exclusão. Dentro dessa zona de exclusão, existe aqui uma rua onde as prostitutas acabam fazendo o seu trabalho que também vai entrar bem



nessa parte da zona de exclusão. Quando a gente chegou lá pra conversar com elas e indagar, vocês estão sabendo dessa zona de exclusão? É um desconhecimento total. Então, agora elas estão começando a se mobilizar para garantir o seu espaço dentro dessa zona de exclusão: “não, nós queremos nossos direitos relacionados à possibilidade do nosso trabalho”. Isso é só para dar um exemplo de como ocorre essa restrição.

Alguns agentes dessa produção social a partir dos megaeventos são: o setor público (municipal, estadual, federal); empresas do setor turístico, imobiliário, construção civil (que são os mais beneficiados dentro dos megaeventos); a maior parte das comunidades carentes vinculadas a diversos movimentos sociais; e nós temos também os usuários das estruturas construídas em função do megaevento.

### **As resistências: Comitês Populares da Copa do Mundo**

Partindo para a resistência. O que a gente tem no campo da reforma urbana de resistência? Temos o Comitê Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo. E aqui eu quero fazer um parênteses... Os Comitês Populares se formam no campo de atuação a partir das comunidades afetadas, que surgem localmente por uma situação local, muito mais do que estarem vinculados aos movimentos do Fórum Nacional de Reforma Urbana. E isso tem sido o mais importante, por isso porque tem realmente um caráter popular, mais do que ter uma grande articulação nacional que decidiu fazer o seu comitê local. Quer dizer que há um processo de mudança de estratégia e há incorporação de outros segmentos da população que antes não participavam daquele campo da reforma urbana.

Também temos outros campos de resistência no campo da produção, da pesquisa relacionada ao grande campo dos movimentos sociais: Observatório das Metrópoles, ETERN [Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza] do Carlos Vainer e temos o campo da sociedade civil que se diz “resistência”, que são os Jogos Limpos. Jogos Limpos é uma articulação nacional que tem representação nos seus estados, que é composta, principalmente, pelo Instituto Ethos [Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social], não sei se todos conhecem **ODED GRAJEW [PRESIDENTE DO INSTITUTO ETHOS]** que foi um dos principais lá no Fórum Social Mundial... Também a CUT está dentro dos Jogos Limpos e algumas empresas. Agora qual é o benefício nesses Jogos Limpos? A grande bandeira deles é transparência. É naquela linha da “responsabilidade social das empresas”. Bem diferente da linha do Comitê Popular da Copa. Pra eles não interessa se estão despejando pessoas ou não, o que importa é a questão da transparência. É importante? É. Mas de uma grande limitação. Eles não estão discutindo

o fim dessas empresas. Por exemplo, por que não discutir, por exemplo, sentar com todas as empresas da construção civil e discutir como vai ser a atuação. Não, isso eles não querem tocar. Eles só querem tocar na questão da transparência em relação ao Estado. Nesse sentido é que a gente verifica uma grande limitação desses Jogos Limpos.

E para terminar, o Comitê Popular da Copa tem alguns princípios vinculados à questão dos direitos humanos, como a garantia da participação; consultas públicas ligadas à Copa do Mundo; transparência e acesso à informação, publicização do orçamento para todas as pessoas; a garantia dos direitos trabalhistas porque a maior parte dos eventos, megaeventos, acaba ocasionando trabalho escravo – em São Paulo, por exemplo, já se tem notícias de bolivianos trabalhando na construção civil no estádio que está sendo construído –; a questão do Despejo Zero, não ocorrer despejos nas comunidades; que não ocorram outros tipos de violação de direitos humanos a outros grupos vulneráveis como mulheres, crianças, afrodescendentes; a questão de que o megaevento garanta um legado social, uma ampliação de direitos e não um retrocesso; o repúdio à cidade de exceção; e que, realmente, o megaevento seja uma política esportiva e cultural e não econômica.

De uma forma ou de outra, essas têm sido as estratégias do campo do Comitê Popular: mobilização e organização popular dos mais diversos segmentos (é importante aqui em Curitiba, as bicicletadas, já que pessoas que andam de bicicleta vão ser afetadas por causa das obras da Copa ao ir pra casa de bicicleta... todos eles estão se organizando. Outro exemplo, o pessoal do movimento de rua... isto é, outras pessoas que antes não estavam mobilizadas em torno da questão urbana, estão se mobilizando por causa da Copa); formação e documentação; sensibilização da sociedade civil em geral; ações jurídicas; atuação e articulação com parcerias com o Ministério Público, a Relatoria Nacional, a Relatoria da ONU, os deputados. Essas têm sido algumas das estratégias.

E só para terminar. O que a gente tem verificado é que o processo de resistência desses Comitês Populares nos municípios, por mais que pensemos numa luta utópica de uma mudança na sociedade, de uma mudança para uma sociedade mais justa, o que tem que se garantir hoje é o não retrocesso daquilo que já foi garantido dentro das nossas cidades. Pode ser triste, pode ser até meio pessimista essa visão, mas hoje o que se está lutando, a resistência é para aquilo que já foi garantido e concretizado que não seja retirado, porque temos verificado uma grande dificuldade em avançar dentro desse contexto.